



ANO II — N. 4
(OUT 59)

Coordenador: Major OCTAVIO TOSTA
da Seção de Geografia e História do EME

SUMÁRIO DA SEÇÃO

I — DOCTRINA

"A Conjuntura Nacional" — "Fatores Geográficos" — "Aspectos Geopolíticos" (1ª Parte) — MÁRIO TRAVASSOS, Marechal.

II — ESTUDOS E ENSAIOS

"Áreas Internacionais de Compreensão e Áreas de Atrito" —
"Tendências Expansionistas" (continuação do número anterior):
3. "Entendimento das Expressões Áreas Internacionais de Compreensão e Áreas de Atrito" — "Heterogeneidade e Interpretação" — GOLBERY DO COUTO E SILVA, Cel.

III — ARTIGO ESTRANGEIRO

"A Base Geopolítica da Guerra Moderna" — T. HAMMER, Maj (Publ. no n. abril de 1955 de "Norsk Luftmilitaert Tidsskrift" — Noruega e Transc. da "Military Review" de outubro de 1955).

IV — ÍNDICE BIBLIOGRÁFICO

"Revista do Clube Militar" — OCTAVIO TOSTA, Maj.

A **BIBLIOTECA DO EXÉRCITO** já publicou as seguintes obras sôbre **GEOPOLÍTICA** :

- 1) **GEOPOLÍTICA DO BRASIL** — 1947 — Brigadeiro Lísias Rodrigues (Esgt).
- 2) **A GEOGRAFIA NA POLÍTICA EXTERNA** — 1951 — Ten-Cel Jaime Ribeiro da Graça.
- 3) **PROBLEMAS DO BRASIL** — 1952 — Cel Adalardo Fialho.
- 4) **GEOPOLÍTICA GERAL E DO BRASIL** — 1952 — Everardo Backheuser.
- 5) **FRONTEIRA EM MARCHA** — 1956 — Renato de Mendonça.
- 6) **ASPECTOS GEOPOLÍTICOS DO BRASIL** — 1957 — Ten-Cel Golbery do Couto e Silva.

As declarações expressas nos artigos da **SEÇÃO DE GEOPOLÍTICA** são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores e não implicam no endôso oficial às opiniões ali contidas.

A matéria divulgada na **SEÇÃO** pode ser reproduzida em livros, jornais ou revistas, exceto quando sejam expressamente reservados os respectivos direitos. As transcrições deverão consignar a fonte e, no caso de artigos assinados, deve ser referido sempre o nome do autor.

Solicitamos dois exemplares da publicação que transcrever matéria da **SEÇÃO DE GEOPOLÍTICA**. A correspondência deve ser endereçada ao Major Octavio Tosta — “A Defesa Nacional” — Ministério da Guerra — Rio de Janeiro, Brasil.

I — DOCTRINA

A CONJUNTURA NACIONAL — FATORES GEOGRÁFICOS — ASPECTOS GEOPOLÍTICOS

Marechal MARIO TRAVASSOS

1ª PARTE

1 — A título de motivação convém lembrar certos conceitos expendidos ao tratarmos aqui dos fundamentos geográficos do Poder Nacional.

Em primeiro lugar se encontram os que se referem ao Espaço e à Posição como *fatores geográficos de base* e à necessidade de considerá-los conjugadamente quando da apreciação dos fatos geográficos. Da utilidade dessa norma logo nos convenceremos, pois, raramente, se encontra um território em que, como no caso brasileiro, a natureza do Espaço e as características da Posição variam tão amiúde e tão frequentemente reajam entre si.

Em seguida se apresentam aquêles conceitos que focalizam a importância político-econômico-militar da *dinâmica territorial*, resultante da justa apreciação das *características e contingências* geográficas do território e suas interações.

Finalmente, a conceituação de Geopolítica, como *processus* interpretativo dos fatos geográficos, em seus aspectos positivos e negativos, de cuja soma algébrica deve resultar um juízo da situação do país em pauta, no momento considerado, e não como um julgamento definitivo, fruto de uma predestinação de caráter determinista, e, muito menos, como uma forma de sedução coletiva, visando a objetivos políticos nem sempre confessáveis.

Nessas bases é que será agora tratada a parte que nos toca na apreciação dos fatores geográficos no quadro da Conjuntura Nacional, quanto aos seus aspectos geopolíticos.

2 — Quer parecer-nos, entretanto, que sejam quais forem as considerações que ocorram no exame das questões, primará, entre todas, a *complexidade geográfica* como *fator constante*.

Do ponto-de-vista estritamente geográfico, essa complexidade se manifesta na *versatilidade* morfológica e climática e na *multiplicidade* dos liames continentais e extracontinentais. Antropológicamente, considerado o homem-fator geográfico, ainda é a diversificação do homem brasileiro que o integra na fórmula complexa dos problemas nacionais, como elemento a um tempo resultante e modificador do meio.

Seja como fôr a *pluralidade* como que é a marca das condições geográficas e antropológicas do País, aspecto nem sempre presente nas ações executivas e na elaboração legislativa, do que decorrem soluções unilaterais, graves desajustamentos político-econômicos e psicológicos.

3 — Assim motivados é de esperar venhamos a entender-nos suficientemente no decorrer da exposição que passamos a fazer sôbre a matéria que nos foi atribuída, apesar dos óbices autodidáticos que, naturalmente, impedirão um entendimento por assim dizer completo.

Apesar de muito evoluído, já, o estudo da Geografia entre nós ainda se encontra por demais prejudicado pela memorização e subjetividade dos processos. Cada um vê os fatos geográficos do ângulo da geografia que aprendeu e essa é a razão principal de certas dificuldades para trabalhos conjuntos sôbre temas geográficos em nosso País.

*
* *

4 — A primeira das necessidades, quando se quer examinar a influência dos fatores geográficos na Conjuntura Nacional, está em considerar-se o Brasil no âmbito continental e no quadro das ações extracontinentais, ao invés de, como é usual, vê-lo isoladamente, quase que como um corpo estranho na massa continental ou como um caso de exceção nas composições internacionais.

É que a extensão, a forma e a posição do território nacional em prestam-lhe tais peculiaridades em relação aos demais países sul-americanos e aos países de além-mar que se tornariam inúteis quaisquer conclusões se isentas das influências dessas circunstâncias, mormente na era que estamos vivendo em que a vida de relação das Nações se desenvolve à base de intercâmbio, de cooperação, em consequência de novos módulos de tempo e espaço criados por incessantes progressos tecnológicos.

Na realidade, o Território brasileiro se encontra engastado, grosso modo, entre os Andes (Pacífico) e o Atlântico, o que de si mesmo já dá uma idéia de sua vastidão territorial, da forma longilínea que a fronteira marítima e as fronteiras terrestres imprimem ao território e das relações de causa e efeito dessas características no campo político e econômico.

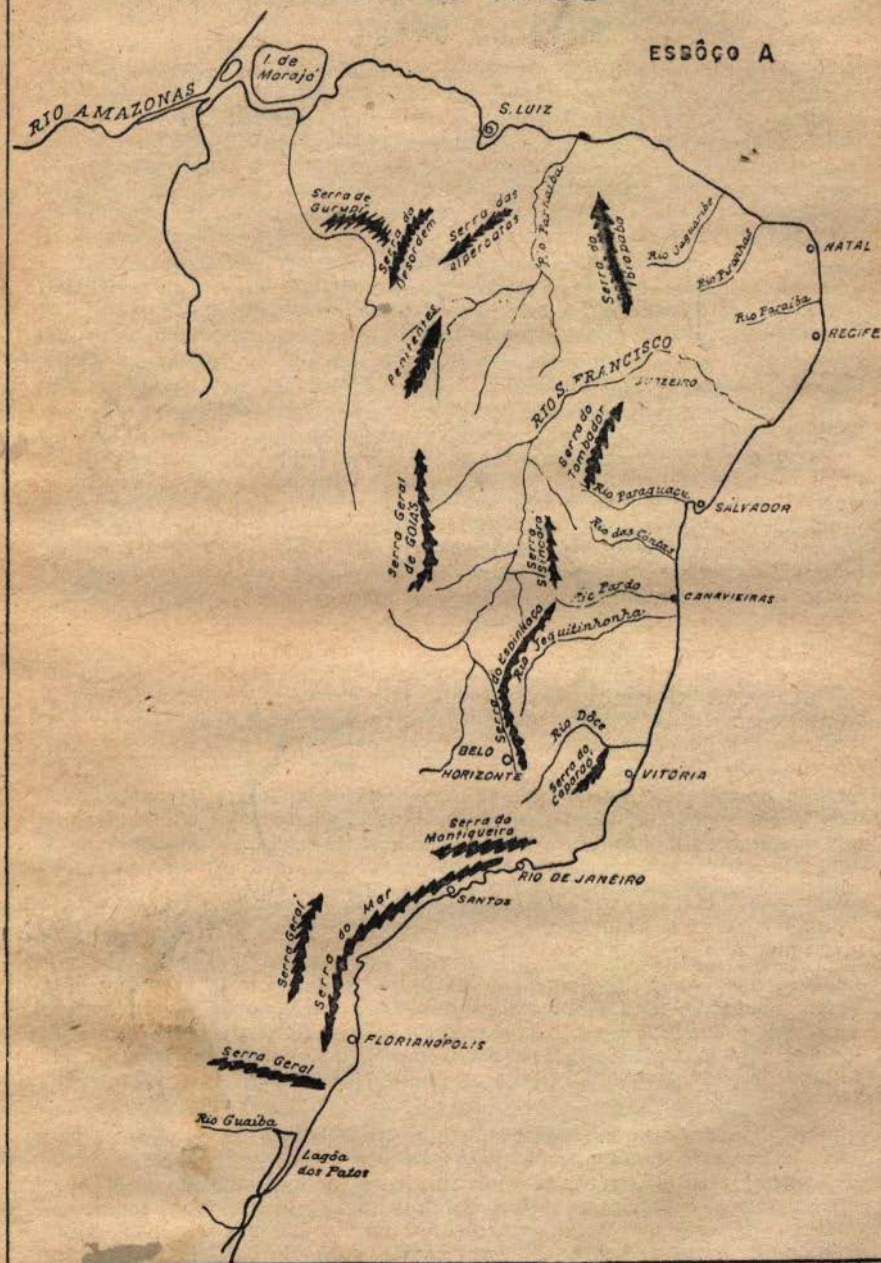
Os Andes representam na dinâmica territorial do Brasil o empuxo das forças continentais e o litoral atlântico engloba os impactos das forças extracontinentais. Assim é que as forças continentais se somam às extracontinentais, porque convergentes sôbre um mesmo litoral.

5 — Ocorre, porém, que essas forças se exercem em grau diverso, segundo variados segmentos de fronteira, quer se trate da fronteira marítima ou das fronteiras terrestres.

No que tange à fronteira marítima, é sensível a diversificação desses segmentos, desde o que compreende a barreira da Serra do Mar e os que convidam à penetração mercê dos múltiplos e extensos rios litorâneos da costa Este e Nordeste, até o imenso Amazonas, cuja bacia, pejada de rios navegáveis, abarca todo o anfiteatro amazônico (Esbôço A).

No que respeita às fronteiras terrestres, é fácil reconhecer a variedade que apresentam, seja quanto à sua maior ou menor conexão com a natureza da fronteira marítima que lhe corresponde, seja pelo grau de conexão dos territórios vizinhos com o Pacífico até mesmo à ausência de conexão como acontece aos territórios mediterrâneos (Bolívia e Paraguai) direta ou indiretamente ligados ao *facies* andino (Esbôço B).

ESBOÇO A



SEGMENTOS DA FRONTEIRA TERRESTRE MAPA DO BRASIL

ESBÔÇO B



6 — Nessa mesma ordem de idéias deve-se levar em linha de conta, também a feição longilínea do território, quanto à gama de variações climáticas, por vêzes modificadas por outros fatores que interferem no clima, como a altitude e os alísios em certas regiões quentes do Nordeste.

Essa feição longilínea, não só se reflete sobre certos fatos ligados à Posição, no que respeita à maior ou menor acessibilidade em relação aos centros de interesse econômicos e políticos mundiais, como também favorece a criação de ligações interiores longitodinais, capazes de dobrar a cabotagem e de qualquer modo interpondo-se entre os empuxos continentais (Andes) e as próprias atrações litorâneas, capazes, por isso mesmo, de desempenhar importante papel funcional como reguladora de ambos os empuxos.

Nesse particular pode-se citar a conexão de grandes vales longitudinais como o do *Rio Paraná* e seus formadores, como os do *São Francisco*, do *Tocantins* e do *Araguaia*, e ressaltar mesmo a existência de outras de menor extensão, mas de natureza semelhante (Esbôço C).

Inversamente, é preciso dar a necessária atenção ao Vale Amazônico, único trato de grande vulto no sentido dos paralelos, soldado à feição longilínea do território e às forças continentais andinas pela multiplicidade de seus formadores, anexo portanto, de grande amplitude — no que se refere às forças extracontinentais.

7 — Tal é a configuração sumária das *características geográficas* do Brasil, convindo insistir sobre a extrema complexidade morfológica de seu *espaço geográfico* face aos problemas da circulação.

*
* *

8 — Essa complexidade morfológica sem dúvida que influiu decisivamente sobre os rumos do desenvolvimento político e econômico do País, quando o mar territorial era o único nexo de unidade face às ligações internas, praticamente inexistentes.

Ao tempo da colonização gerou as Capitânicas, maneira simplista de fomentar o domínio da nova terra e que deixaria como resíduo político marcada tendência regionalista. A grande barreira da Serra do Mar, por sua vez, retardou de quase um século o domínio do planalto meridional, pelo que a sociedade colonial nasceu nos engenhos de açúcar do norte, favorecida ainda por sua espontânea conexão marítima com a Ibéria.

Por seu turno, os grandes rios do planalto meridional correm da Serra do Mar para Oeste, como se do mar viessem à procura do caudaloso Paraná e respondem pela epopéia das Bandeiras, do mesmo passo que os vales dos rios litorâneos da Guanabara para o norte foram convite a invasões estrangeiras, animadas pela acessibilidade da Posição em relação aos feixes de circulação marítima.

Finalmente, deve-se ainda considerar o planalto central do País, êsse grande centro de dispersão oro-hidrográfico em cujos rincões montanhosos se alcandorou o sentimento de Independência Política.

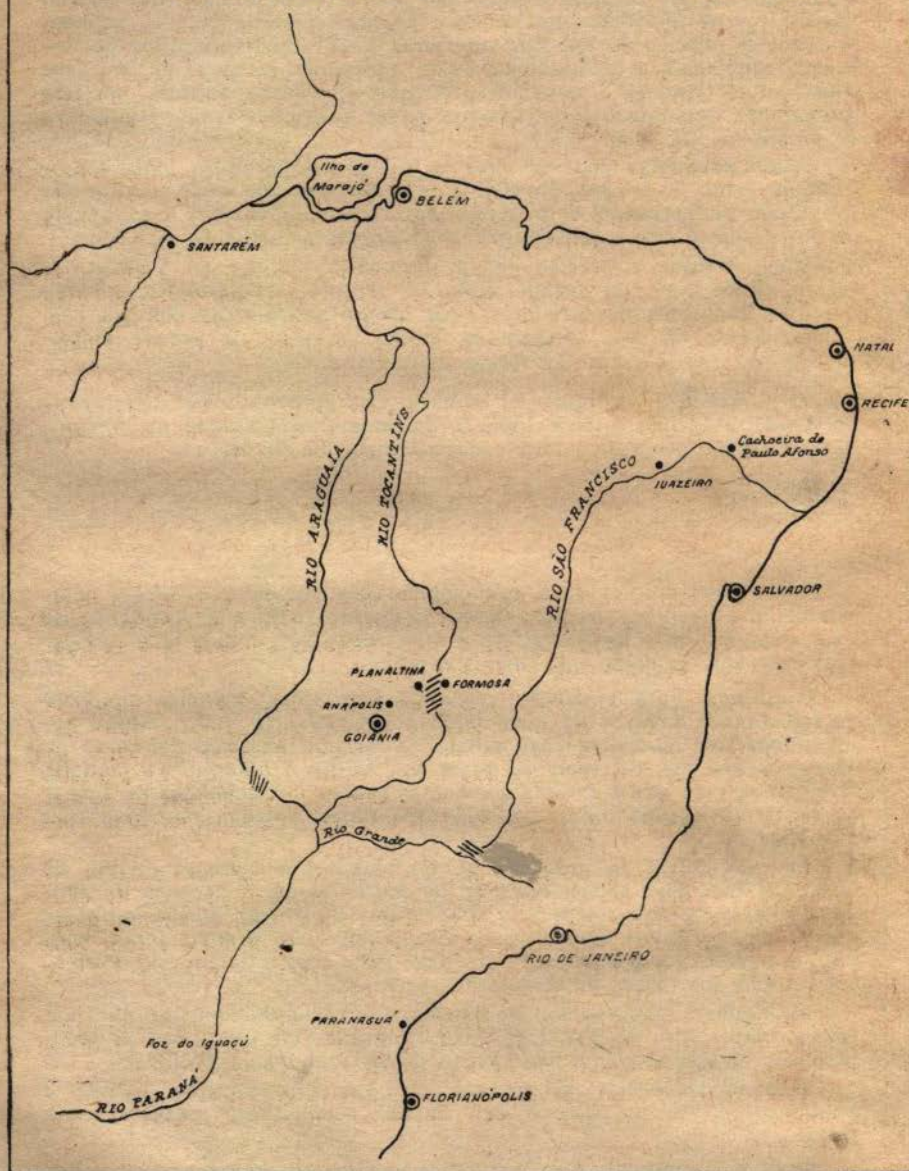
Tais *contingências geográficas* criaram o predomínio político e econômico do Norte sobre o Sul, da era colonial até quase a Independência.

9 — As circunstâncias climáticas iriam, em seguida, influir no evoluer dos fatos, em consequência da feição longilínea do território.

CONEXÃO DE GRANDES VALES LONGITUDINAIS

MAPA DO BRASIL

ESBÔÇO C



Em primeiro lugar, quando o braço africano foi a mão-de-obra a trabalhar a terra, escravizado aos caprichos do senhor, o que por muito tempo deveria deixar na psique nacional o mandonismo dos potentados, mal de que ainda não nos livramos de todo. Do paralelo de Santos para o norte é que se daria a maior incidência das levas africanas, consoante o clima mais quente melhor facilitasse sua acomodação. Embora essa incidência do braço escravo tivesse acentuado o predomínio do norte sobre o sul, despertou também as energias latentes do sul, com a cultura extensiva do café e a mineração.

Depois da Independência, os engenhos, currais e fazendas perderiam aos poucos seu papel político e social em consequência da Abolição, da República e da imigração como fonte essencial de mão-de-obra. Ainda uma vez as condições climáticas se fariam sentir, pois a não ser os casos isolados de imigrantes do Norte, foi no Sul do País que o clima se mostrou mais favorável à incidência de correntes imigratórias sistemáticas. Assim foi que rapidamente o Sul iria vencer o Norte na competição econômica e na influência política.

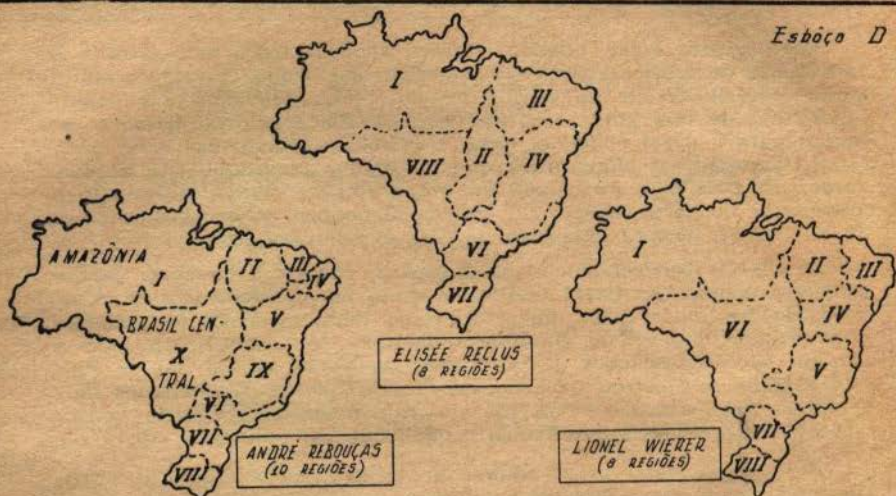
10 — À luz dêsse breve escôrço das *contingências geográficas* brasileiras é que se torna possível entender o verdadeiro sentido da posição geográfica do Brasil, as causas reais da pobreza demográfica do interior em relação ao litoral, o gigantesco desafio da Amazônia e o crescente apêlo de países mediterrâneos ou precariamente vinculados com o mar, êsses mesmos simbolizados pelos Andes como expressão das forças continentais.

De outro modo, fica evidente que não mais é aceitável se insista em ver o Brasil como um trato geográfico estanque no continente ou isento de impactos extracontinentais, e muito menos fragmentariamente, senão como um todo cujas partes guardem entre si as naturais condições de aglutinação, assim política como econômica, no âmbito continental como no quadro extracontinental.

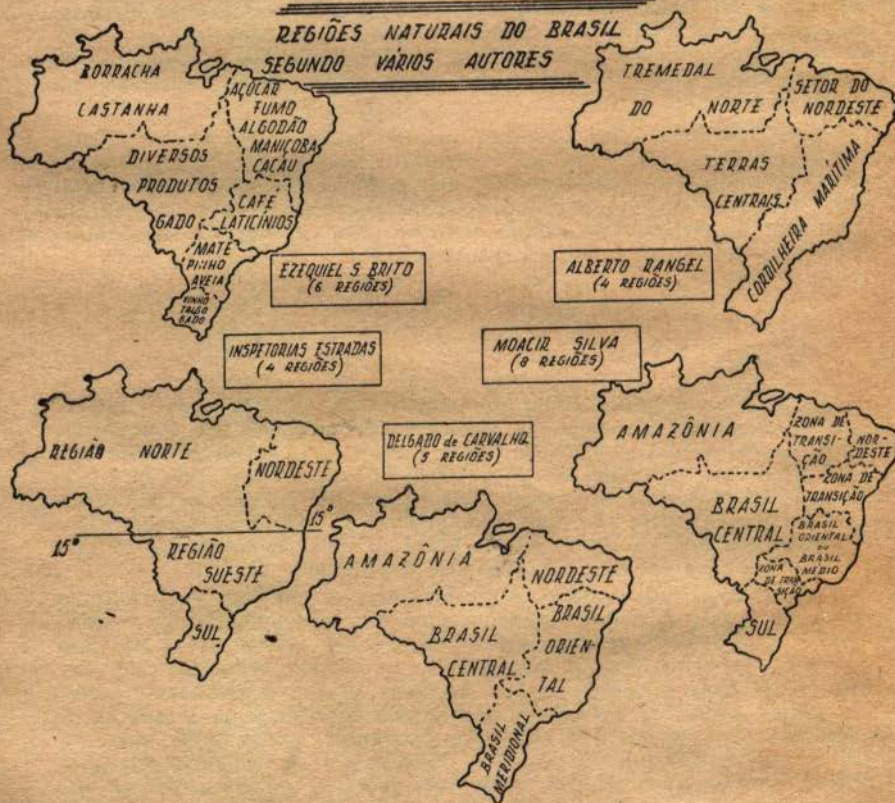
*
* *

11 — Por simples estudo comparativo do que foi com o que é, pode-se concluir que um dos aspectos fundamentais da Conjuntura Nacional, do ângulo geopolítico, ainda é disciplinar certas *contingências geográficas* em proveito de *características geográficas* que lhes são favoráveis; equilibrar as potencialidades do Norte com as realidades do Sul; avançar cada vez mais rapidamente as fronteiras demográficas e econômicas para o Oeste; soldar entre si tôdas as peças geo-econômicas e políticas do País, em que pese a gravidade do feito.

A definição dessas peças geo-econômicas e políticas sempre foi a maior de nossas dificuldades, até mesmo em consequência das controvérsias a propósito da delimitação de regiões geonaturais. No caso brasileiro, as versatilidades morfológica, climática e botânica, criou sérios óbices para a caracterização daquelas regiões e sua demarcação. Em várias tentativas as regiões geonaturais brasileiras já foram agrupadas em nada menos que oito tipos diferentes, variando de quatro a dez as regiões naturais (Esbôço D). Embora sob a influência dos quadros morfo-climato-botânicos, como é de regra, e apresentados por autores credenciados, êstes sempre divergiram, por determinadas preferências específicas concedidas a um ou outro dêsses aspectos, segundo determinado ângulo econômico, de qualquer modo porém restringindo, por isso mesmo, a utilização de seus ensaios.



REGIÕES NATURAIS DO BRASIL
SEGUNDO VÁRIOS AUTORES



A "Divisão Regional do Brasil", estabelecida pelo Conselho Nacional de Geografia parece-nos recomendar-se de modo especial para o estudo de questões políticas e econômicas, simplesmente porque bem ajustada à *dinâmica territorial* do País. Essa observação, em nada impede que os aspectos morfo-climato-botânicos encontrem o seu lugar e influam a seu tempo, quando se tenha de encarar problemas regionais especificamente econômicos, particularmente os relacionados com o clima e a vegetação.

12 — Com efeito, do exame da *Divisão Regional do Brasil*, à luz das características e contingências geográficas já focalizadas, pode-se concluir de como seria conveniente articular as peças geo-econômicas e políticas do Brasil, à procura de sua integração no âmbito continental e no quadro das ações extracontinentais.

Poder-se-ia então verificar (Esbôço E):

— que a Região Centro-Oeste (Mato Grosso e Goiás) articula entre si a Região Sul (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e a Região Norte (Guaporé, Acre, Amazonas, Rio Branco, Pará e



Amapá), estando dêsse modo em condições de receber e distribuir a quase totalidade dos empuxos continentais andinos (Pacífico) nas direções do Atlântico;

— que a *Região Leste* — Meridional e Setentrional — (Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal) estabelece a articulação, por assim dizer litorânea, da *Região Sul* com a *Região Nordeste*, contendo assim as comunicações terrestres capazes de dobrar as linhas marítimas de cabotagem;

— que a *Região Nordeste* — Ocidental e Oriental — (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas), representa o papel de região-charneira em relação às *Regiões Norte e Centro-Oeste* e à *Região Leste* como sendo o próprio vértice dos entrelaços continentais e extracontinentais.

Dessa apreciação da *Divisão Regional do Brasil* constata-se, pois, sua extrema adequação à acomodação das contingências e características geográficas do País e também a significação continental e extracontinental das *Regiões Centro-Oeste e Nordeste*, como os dois pólos da *dinâmica territorial* do Brasil, da circulação na mais ampla acepção do termo, sobretudo como fator de homogeneidade face à diversificada ocorrência morfo-climato-botânica e à variada articulação quanto aos empuxos continentais e extracontinentais, enfim, como legítima expressão política e econômica do território nacional (Esbôço E).

(Conclui-se no próximo número)

*
* *

SEGURANÇA NACIONAL E DEFESA NACIONAL

A *Segurança* implica o desenvolvimento coerente e progressivo das atividades normais do Estado, segundo o rumo e o ritmo ditados pelos objetivos nacionais, mediante o desenvolvimento racional do Poder Nacional, que deve ser mantido, constantemente, em condições de afastar ou neutralizar os antagonismos existentes. *Segurança* é um Estado, ao passo que *defesa* é um Ato — ou um conjunto de atos — diretamente ligados a um determinado tipo de ameaça, caracterizada e medida. A *defesa* se organiza para o fim especial de repelir um ataque previsto, ao passo que a *Segurança*, no sentido em que a encaramos, é estabelecida como cobertura integral contra qualquer tipo de ameaça que ela própria — a *Segurança* — torna inoperante e desencoraja. Ela se organiza para o fim de manter livres os movimentos do Estado, nos limites do seu poder de soberania, em suas relações com os outros Estados ou em face de ação perniciosa de agentes, externos ou internos, hostis aos interesses nacionais.

General A. de Lyra Tavares.

(Transcrito de "Segurança Nacional" — "Antagonismos e vulnerabilidades".)

II — ESTUDOS E ENSAIOS

ÁREAS INTERNACIONAIS DE COMPREENSÃO E ÁREAS DE ATRITO — TENDÊNCIAS EXPANSIONISTAS

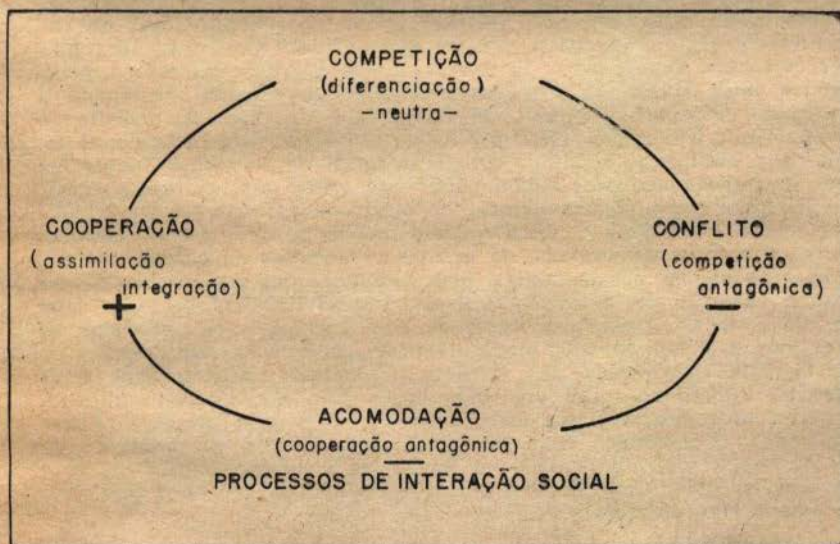
Coronel GOLBERY DO COUTO E SILVA

(Continuação do número anterior)

3. ENTENDIMENTO DAS EXPRESSÕES “ÁREAS INTERNACIONAIS DE COMPREENSÃO” E “ÁREAS DE ATRITO” — HETEROGENEIDADE E INTERPENETRAÇÃO

Dentro do esquema acima esboçado, circularmente dispostas: a *competição*, teoricamente neutra do ponto de vista de antagonismos, mas dependente de um certo grau de diferenciação real; o *conflito*, como competição antagonônica; a *acomodação*, dita também cooperação antagonônica; e, por fim, a *cooperação*, no quadro de uma assimilação progressiva conducente à integração — processa-se a permanente oscilação entre o conflito e a cooperação (Esquema 1).

Onde situam-se, então a “compreensão” e o “atrito”?



A nosso ver, são expressões mais gerais, cuja generalidade, afinal, decorre de, não só refletirem o presente, mas se projetarem também no futuro. Na verdade, o conflito pode ser *atual*, isto é, manifestar-se já com violência maior ou menor, ou simplesmente despontar no horizonte, nada mais que potencial, como eventualidade, entretanto, que não se deve, em absoluto, desprezar. Da mesma forma, a cooperação

pode já ser efetiva ou apenas prenunciar-se para futuro não remoto. Não será, pois, despropositado — antes se nos afigura, realmente, justo — interpretar a “compreensão”, fundamento insubstituível e precursor de qualquer cooperação verdadeira, como ampliando a faixa desta à própria cooperação meramente potencial ainda, entendendo-se o “atrito”, forma, em muitos casos, bem mais atenuada do conflito, como abrangendo o conflito atual e o conflito simplesmente potencial.

Limites precisos não os haverá a traçar, sem dúvida. Seria mesmo desnecessário e bizantino.

E, pois, “áreas internacionais de compreensão” — entendê-las-emos nesta palestra como “áreas internacionais de cooperação atual ou potencial”, e as “áreas de atrito” como “áreas de conflito, tanto atual como simplesmente potencial”.

Impõe-se, entretanto, no caso, múltiplas distinções.

É que tais áreas poderiam classificar-se sob vários pontos de vista — quanto à intensidade e forma do processo, quanto à sua efetividade no momento considerado, quanto à sua natureza social e natureza propriamente geográfica, quanto à sua amplitude e à situação relativa em que se dispõem, umas em relação às outras ou se referidas a um centro bem definido de observação.

A intensidade do processo comporta ampla faixa, a bem dizer contínua, de gradação, nesse setor da cooperação internacional, a qual pode estender-se desde a simples simpatia, a afinidade de variados matizes, fundamentada, as mais das vezes, na confluência de interesses opcionais ou vitais, o entendimento de base que caracteriza as chamadas “áreas de cultura”, até as alianças, os pactos, os blocos e sistemas regionais de segurança coletiva, tão em moda hoje em dia. Num sentido, sob certos aspectos, mais amplo e, seguramente, muito mais substancial, as “áreas culturais” coincidem com o ecumeno das “civilizações” da interpretação toynbeeana ou a zona de expansão das “culturas” definidas por Spengler, Danilewsky, Sorokin e tantos outros. Segundo a perspectiva mais atualizada e menos unilateral do primeiro, teríamos: a sociedade ocidental, o mundo da cristandade ortodoxa do Oriente — comportando a distinção entre bizantinos e russos —, a comunidade islâmica, a civilização hindu, o complexo social do Extremo Oriente em que se poderia assinalar nítida subdivisão entre uma cultura chinesa, de um lado, e a nipônica-coreana, do outro — isso sem falar nas relíquias fossilizadas aqui e acolá, quando não atomizadas desde diásporas mais ou menos memoráveis, de antigas civilizações superadas (os judeus e os parses, por exemplo), nem tampouco dos remanescentes, em franca absorção ou extinção paulatina, de civilizações barradas logo ao início de seu próprio processo de crescimento — os polínésios, os esquimós e a humanidade ainda nômade das estepes semidesertas ou da floresta superúmida dos trópicos. Entretanto, num sentido mais restrito, interferem, para seccionar essas grandes unidades culturais, critérios antropológicos dos mais diversos — as diferenciações raciais, embora com segurança cada dia reconhecida menor, as distinções de etnias, os grupos lingüísticos — e pontos de vista sociológicos, na base de complexos culturais dominantes, quando não de conceitos históricos raramente incontestados.

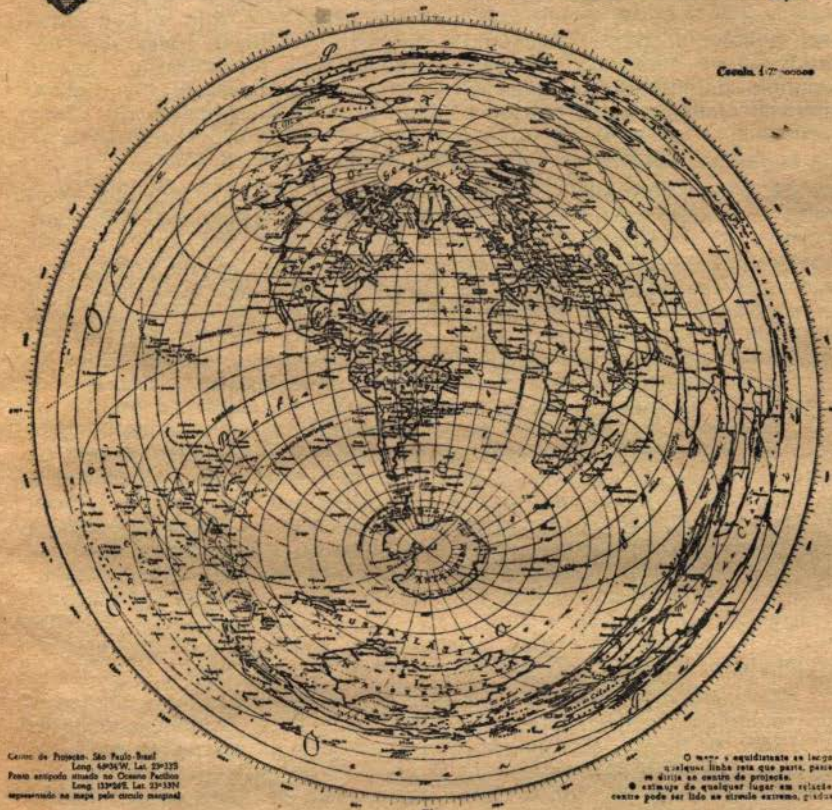
A confluência de interesses, muitas vezes até mesmo sem que haja afinidades culturais, pode levar a alianças e pactos dos mais estranhos, como a história revela, e constitui o cimento mais forte da maioria dos atuais blocos regionais de segurança coletiva (Mapa-Mundi anexo):

— a NATO ou OTAN, definindo um mundo atlântico-mediterâneo, nem latino, nem saxônio, tampouco católico ou protestante ou ortodoxo, que se estende desde a Noruega à península anatólica;



Mapa Mundi

em PROJEÇÃO AZIMUTHAL, OBLÍQUA e EQUIDISTANTE, tendo como CENTRO a CIDADE DE SÃO PAULO
ELABORADO POR JOSÉ ROCHA



Centro de Projeção: São Paulo-Brasil
Longitude 49°34'W, Lat. 23°13'S
Ponto antípoda situado no Oceano Pacífico
Longitude 129°56'E, Lat. 23°13'N
representado no mapa pelo círculo imaginário

O mapa é equidistante em relação a qualquer linha reta que passe pelo centro da projeção.
O tamanho de qualquer lugar em relação ao centro pode ser lido no círculo externo, e vice-versa.



— a OEA, o seu tanto melhor integrada pela maioria de povos latinos de origem ibérica a que fazem única exceção os EUA, com seu, desproporcionado embora, peso específico;

— a SEATO ou OTASE que estrutura, sobre a base do antigo ANZUS (Austrália, Nova Zelândia e EUA), um sólido bastião defensivo no Sudeste asiático, aglutinando, sob a égide norte-americana e com apoio da Grã-Bretanha e da França, a Austrália, a Nova-Zelândia, as Filipinas, a Tailândia e o bipartido Paquistão;

— o desmorronante Pacto de Bagdá (METO), com apoio cada vez mais participante dos EUA, que busca solidificar e dar coesão ao Oriente Médio tão vulnerável e tão instável, sob a ameaça constante do expansionismo ávido da URSS, e que, com a Grã-Bretanha, associa, embora não compactamente, de Oeste para Leste, a Turquia, o Irão e ainda o mesmo Paquistão, já que o Iraque acaba por formalizar a sua esperada defecção;

— o Pacto Balcânico, de indiscutível significação geopolítica, importante elo indireto da própria NATO e que alia a Turquia e a Grécia à Iugoslávia de Tito;

— o bloco de defesa mútua, traduzido no chamado Pacto de Varsóvia entre a URSS e seus satélites europeus — a România, a Hungria, a Polónia, Tcheco-Eslóvaquia, Bulgária, Albânia e Alemanha Oriental — por mais que represente, apenas, uma formalização, perante o mundo, da situação de indiscutível domínio que a tragédia de Poznan, o recente massacre dos patriotas húngaros e o esmagamento do Tibete atestariam à luz mais meridiana e não serão os pruridos ostensivos de um Gomulka que poderão obscurecer ou disfarçar.

Já a incipiente ODECA, fundamentada na Carta de Salvador (Out 1951) e da qual participam Guatemala, Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica, situa-se bem à parte, por encerrar um objetivo mais amplo de integração política regional, sem motivações de ordem propriamente estratégica, às quais dariam plena satisfação, nessa área vital do continente, a OEA e, sobretudo, a presença, na vizinhança imediata, do poderio norte-americano. Como posição distinta, por seu caráter nitidamente cultural a que dá conteúdo sólido a unidade religiosa, merece também a Liga Árabe, fundada em 1945 (pacto do Cairo) com o propósito de assegurar e incrementar a solidariedade do mundo do Islã, ameaçado de perto pelos múltiplos problemas decorrentes da partição da Palestina e da criação do progressista e dinâmico Estado do Israel, corroído pelas sérias dissensões internas que os imperialismos colonialistas em retrocesso, mas sempre inconformados, não se cansam de açular, espreitadas suas riquezas e sua alta expressão geopolítica pela ambição soviética, desmedida e multiforme, e hoje ainda mais tumultuado pelo nacionalismo agressivo e imaturo de Gamal Abdel Nasser, à testa da recém-formada República Árabe Unida (RAU-Egito e Síria). E, semelhantemente, deveríamos catalogar a União Latina, a despeito de que pouco tenha, até hoje, produzido de concreto, no cimentar efetivamente a solidariedade dos povos todos da latinidade.

Não cabe aqui mais que simples referência aos pactos bilaterais que estendem a capacidade estratégica dos EUA a fronteiras remotas da URSS, no propósito vital de preencher lacunas essenciais no vasto cinturão defensivo da periferia da Eurásia soviétizada — os pactos com o Japão, a Coreia do Sul, a China nacionalista de Formosa — quando não de lhe dar profundidade maior e garantir o apoio desde importantíssimas bases militares — o pacto com a Espanha de Franco e o acórdio marroquino. Por outro lado, o eixo Moscou-Pequim constitui, no momento, a coluna vertebral do mundo soviético, calcificada por interesses recíprocos dos mais incontornáveis — as necessidades da segurança comum, num mundo perigosamente bipolarizado ainda, motivações geopolíticas das mais fortes, os objetivos desmesurados de uma colossal industrialização planificada da China que se não poderia levar a cabo sem o maciço apoio técnico e material da Rússia; nem parece que sempre possíveis choques de prestígio entre dirigentes possam abrir caminho a dissensões de alguma gravidade, do tipo da cisão titoísta, pelo menos em não remoto futuro.

Bandung, em plano completamente distinto, marcou o tão assinalado despontar do mundo subdesenvolvido afro-asiático e, se infiltrações espúrias não deixaram de se fazer sentir logo, retardando um salutar processo de solidarização, a idéia está em marcha e necessariamente progredirá, neste planeta que não pode mais acolher, ao lado de nações abastadas, poderosas e prepotentes, a miséria chocante e, sob todos os pontos de vista, altamente perigosa da humanidade que se

agita e sofre e procria com elevadíssima taxa de natalidade, nos rincões menos favorecidos da terra. A ânsia de cooperação domina agora os povos mais atrasados, como antes impulsionara velhas nações, combatidas após o massacre da Segunda Grande Guerra, a formar associações de produção — a Comunidade Européia do Carvão e do Aço — ou zonas integradas de consumo — o recente Mercado Comum na Europa. E tal anseio vem impulsionado pelo surgimento de novos líderes em Estados novos em folha — Nkrumah na República de Ghana, Sekou Toure na Guiné, Bourguiba na Tunísia, U Nu na Birmânia e Sukarno na Indonésia.

Também as zonas de atrito ou áreas de fricção, quanto à intensidade do processo de interação considerado, comportam hierarquia semelhante que vai desde simples choques mais ou menos freqüentes, mais ou menos graves em que se traduzem antagonismos subjacentes, até a guerra-fria incansável e sutil, quando não, violentamente, a guerra verdadeira, de maiores ou menores proporções. A consideração desse aspecto da questão, porém, nos afastaria por demais do objetivo fundamental desta palestra.

Tanto para as áreas de compreensão como para as de atrito, caberia a distinção entre as *formais* — traduzidas expressamente em atos internacionais — e as *informais*, independentes estas de tais protocolos. As "áreas culturais", na sua maioria, se incluem nesta última categoria, enquanto as demais, orientadas por objetivos gerais estratégicos ou fundadas em uma comunidade de interesses de natureza econômica, não dispensam, em regra, a elaboração e assinatura de tais instrumentos. Quanto às áreas de atrito, raramente encontram sua formalização, a não ser em casos de neutralização temporária, discutida e aceita pelas partes interessadas; e, se o próprio da guerra-fria é apresentá-la sempre, de boa ou má fé, como imputável unicamente ao antagonista, a guerra propriamente dita cada vez mais escapa ao formalismo das prévias declarações de hostilidades.

As relações sociais, entre grupos sobretudo, raramente se podem enquadrar, com rigor, nos limites que o conhecimento humano traça, para análise e estudo, à realidade sociológica, distinguindo setores vários mais ou menos exclusivos — o econômico, o político, o militar e, finalmente, o psico-social que engloba o demográfico, o cultural e o propriamente social, *stricto sensu*. A integração, hoje plenamente reconhecida, da Estratégia Geral em que se fundem, de todo irmanadas, mais do que isso — fusionadas — as Estratégias particulares, entre elas a militar, nada mais que traduz esse fato. O próprio dinamismo potente da interação social faz com que relações, inicialmente entretidas num plano limitado — econômico ou mesmo simplesmente comercial, digamos para exemplificar — acabem por estender-se a pouco e pouco, extravasando pelos outros setores e integrando-se sob uma das componentes, não obstante de caráter apenas dominante. E a situação tenderá a tornar-se de natureza integral, embora, como no caso assinalado, predominantemente econômica ou comercial. De qualquer forma, a distinção é justa e, acima de tudo, útil. Consideraremos, pois, cooperação ou atritos de natureza integral, bem assim cooperação ou atritos de caráter particularizado — econômico, político, psico-social ou militar — por mais que reconheçamos a excepcionalidade do último caso, melhor compreendido como traduzindo simples aspectos de dominância.

Quanto à efetividade do processo de interação considerado, lembremos apenas que — como já ficou dito — a cooperação, e também o atrito, tanto poderá ser *atual*, como meramente *potencial*.

Sob o ponto de vista da amplitude, propomos a classificação, tanto num como no outro caso, em áreas *mundial*, *continentais* (correspondentes não propriamente aos continentes registrados pela geografia, mas ao conceito de *pan-regiões* da geopolítica alemã), *regionais* e, finalmente, *locais*. Ressaltemos apenas, como simples decorrência do já mencionado encurtamento das dimensões deste mundo único, cada vez mais entrelaçado e mais solidário, que a tendência de rápida ampliação das áreas iniciais de cooperação ou atrito se faz sentir, dia a dia, com maior força. Daí o grande perigo dos conflitos locais, que persegue a tranqüilidade das Grandes Potências, temerosas de verem-nos crescer, incontrolavelmente, a escalas mundiais, numa época trágica de imprevisíveis hecatombes atômicas.

Como área de cooperação mundial, a ONU, por mais que se lhe apontem deficiências e a falta de um poder coercitivo próprio contra o qual não valesse a mecânica dos vetos, vai, no entanto, tecendo, entre a quase totalidade de Estados do mundo — exceção notável da Alemanha Ocidental e da China comunista — uma rede cada vez mais apertada de acordos e práticas em comum, através de seus múltiplos organismos especializados — a FAO, a UNESCO, a OIT, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional, a ICAO, a OMS, a UPU, entre os de maiores resultados concretos e uma tradição bem firmada de meritórios serviços à humanidade, nos mais variados quadrantes. Em oposição, zona de atrito mundial, de caráter atual ou efetivo, somente pode surgir por ocasião das conflagrações que, como as duas últimas grandes guerras, se estendam praticamente a todos os continentes e a todos os mares. Mas, ao quadro irrestrito e universal da guerra-fria em permanência que hoje se trava entre o Ocidente democrata e o Oriente comunista, não deixa de corresponder, em verdade, uma zona de atrito potencial de âmbito sem dúvida mundial, pois não há, de fato, região alguma do globo em que já se não defrontem, mais ou menos ostensivamente, com maior ou menor energia, os dois blocos antagônicos.

Apenas para não deixar de exemplificar, acrescentemos que, se a OEA tem um indiscutível caráter continental, não de todo descabido em sua atribuição à própria NATO, já a SEATO e o Pacto de Bagdá têm nítida qualificação regional, enquanto a ODECA se poderia dar uma categoria de meramente local. É que, no caso, os conceitos de mundial, continental, regional e local são apenas relativos e devem aplicar-se com a máxima flexibilidade.

Quanto a áreas de atrito, em relação ao antagonismo entre o Ocidente e o Oriente, o mundo afro-asiático é, em si, todo um continente e mesmo até mais, o Oriente Médio — ou o Ártico — pode dizer-se área regional, ao passo que as Coréias do Norte e do Sul ou os dois Vietnam ou Formosa não merecem mais do que simples qualificação de locais.

A natureza geográfica da área que se considere, permitirá ainda classificá-la como *terrestre*, *marítima* (oceânica ou não) ou *anfíbia*, tais os casos, respectivamente, das duas Alemanhas, da região ártica ou do Sudeste asiático.

Poderíamos, finalmente, distinguir áreas *compactas*, constituídas de setores contíguos — como a NATO, a OEA, o Oriente Médio — e áreas *dissociadas* que, sob tal aspecto, até nem mesmo se deveriam denominar propriamente de áreas — a do Pacto de Bagdá e a SEATO, por exemplo. É que, realmente, o conceito de área, como já tem sido assinalado com toda propriedade, subentende, a rigor, o de um todo, de uma unidade que,

se não é apenas essencialmente geográfica, deve obedecer, embora com larga flexibilidade, aos mesmos critérios gerais que permitem delimitar as regiões culturais, as províncias fisiográficas, as macropaisagens da geografia.

Ora, desta breve revista do que nada mais é que simples esboço de classificação das áreas de compreensão e áreas de atrito (Esquema 2), com alguma adequada exemplificação, salta aos olhos mais despre-

ÁREAS INTERNACIONAIS DE COMPREENSÃO E ÁREAS DE ATRITO

ESBOÇO DE CLASSIFICAÇÃO

1. Quanto à *intensidade do processo*:
 - área de cultura, alianças, pactos, blocos e sistemas regionais de segurança coletiva; ou
 - área de antagonismos latentes, de guerra-fria, de conflito declarado.
2. Quanto à *forma*:
 - formais;
 - informais.
3. Quanto à *natureza social do processo*:
 - integral;
 - parcial — econômico, político, psico-social, militar.
4. Quanto à *efetividade*, no momento considerado:
 - atuais;
 - potenciais.
5. Quanto à *amplitude*:
 - mundial;
 - continentais;
 - regionais;
 - locais.
6. Quanto à *natureza geográfica*:
 - terrestres;
 - marítimas (oceânicas ou não);
 - anfíbias.
7. Quanto à *estruturas*:
 - compactas;
 - dissociadas.

venidos o alto grau de heterogeneidade que aí se nos oferece, e não menos a interpenetração verdadeiramente desencorajante entre áreas diferentes.

De fato, na maioria das vezes, uma área de cooperação inclui setores inconfundíveis de atrito, atual ou meramente potencial, como é o caso, para exemplificar com um panorama bem cêrca de nós, da própria OEA que define uma ampla área continental na qual são várias e conhecidas, subáreas de atrito inegavelmente importantes, embora talvez a caminho de dissolução. No âmbito da área atlântico-mediterrânea que corresponde à NATO, começam apenas a diluir-se sérias zonas de atrito, como, ao revés, na área crítica do Oriente Médio onde Israel marca *punctum dolens* de suma gravidade, o processo de cooperação alinha, desde já, blocos em formação mais ou menos avançada, se bem tumultuada ou sujeita a desvirtuamentos — o Pacto de Bagdá e a RAU, notadamente.

Assim, a perspectiva múltipla superposta acaba por confundir-se de todo, como um mosaico que, calidoscopicamente, se modifique conforme o ângulo sob o qual venha a ser observado. E, ademais, necessário é que se adote, para clarificar êsse panorama em linhas nítidas de suficiente estabilidade, uma escala de valores que despreze pormenores e esbata contornos de importância muito secundária, eliminando tanto quanto possível o entrecruzamento de multiplicadas linhas de tensão.

(Continua no próximo número)

*
* *

A LINHA DAS FRONTEIRAS TERRESTRES deixou de ser, como era no passado, a passagem obrigatória para a invasão de um país, porque os instrumentos e os objetivos da guerra, que tinham caráter puramente militar, foram substancialmente modificados e ampliados. Houve a intervenção progressiva da Arma Aérea, do controle e bloqueio econômico, da "quinta coluna", da guerra psicológica e, finalmente, da bomba atômica, como armas dirigidas contra o organismo do Estado, nos seus elementos fundamentais de vida, tanto no campo econômico, como no político, psico-social e militar.

General A. de Lyra Tavares.

(Transcrito de "Segurança Nacional" — "Antagonismos e Vulnerabilidades".)

III — ARTIGO ESTRANGEIRO

A BASE GEOPOLÍTICA DA GUERRA MODERNA (*)

Major T. HAMMER

A Geopolítica, conforme o nome indica, é a relação entre a Geografia e a Política. Os geopolíticos afirmam que as relações internacionais, e portanto as condições internas (pois a política externa de um país é, necessariamente, função de suas condições internas), são governadas por fatores geográficos. As ideologias políticas, que existem hoje em grande quantidade, e especialmente os conceitos morais, pouca influência têm na política internacional.

Este fato pode ser facilmente confirmado por exemplos históricos e, se por acaso alguém der pouca importância à História e for de opinião que a política relativa ao poder de nossa época não tem precedente histórico, podemos facilmente apresentar exemplos da própria era em que vivemos. Entretanto, antes de considerarmos as políticas exteriores de hoje, sob o ponto de vista geopolítico, é necessário voltarmos à época em que os geopolíticos discutiam principalmente o poder terrestre e o poder marítimo, pois, em nossos dias, um terceiro elemento, o poder aéreo, adquiriu importância decisiva e sua influência nas relações internacionais não pode ser esquecida.

A Geopolítica começou a ser seriamente discutida no início deste século. Em 1904, o famoso geógrafo britânico, Lorde Halford J. Mackinder, leu perante a Sociedade Geográfica Real um estudo que ele chamou de "Pivô Geográfico da História". Argumentava ele que o desenvolvimento histórico da Europa havia resultado da Ásia e que a Europa moderna era a produto da resistência e da reação à pressão da Ásia. Tal pressão manifestara-se sob a forma de invasões desde os dias dos nômades e culminara com a invasão mongólica do Século III. Todas as invasões provieram da massa central de terra do leste da Eurásia, região que constitui quase que a metade da área terrestre total do globo. Esta região compreende a parte asiática da Rússia Soviética: Sibéria, Sinkiang, Mongólia e algumas regiões do Extremo Oriente. É limitada ao norte pelo Oceano Ártico e ao sul pela Turquia, Irã, Iraque e Tibet. Mackinder chamou esta região de "o coração da terra" e tentou demonstrar que a potência que a controlar desfrutará das condições mais favoráveis para dominar o restante do globo.

REVISÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA

Nos tempos históricos, "o coração da terra" era difícil de atingir por terra, devido às grandes distâncias e a ser completamente inacessível.

(*) Transcrito da "Military Review", de Out 55. Publicado no número de abril de 1955 de "Norsk Luftmilitaert".

sível por mar. Continuou isolado em grande parte do desenvolvimento econômico que teve lugar na Europa. A constante pressão de leste teve, entretanto, um efeito integrador na cultura européia e como a Europa Central e a Ocidental geograficamente não apresentavam tais dificuldades quanto às vias de acesso e à distância, foi ali que teve lugar o maior desenvolvimento econômico e cultural. Além disso, a Europa Ocidental, que Mackinder chama de "terra da costa", tinha o mar como rota de tráfego, com sua forte influência no comércio. Em contraste, "o coração da terra" era imune ao ataque por uma potência marítima, devido, entre outras razões, ao Oceano Ártico e, conseqüentemente, possuía uma vantagem estratégica conquanto seu isolamento natural atrasasse seu desenvolvimento. Suas grandes distâncias deram-lhe igualmente uma vantagem estratégica relativamente a invasões, vantagem esta que os russos inteligentemente empregaram várias vezes durante o decorrer dos Séculos XIX e XX.

Foi, portanto, a Europa Ocidental que, com o auxílio do comércio e do poder marítimo, reduziu a vantagem estratégica do "coração da terra" e fez com que a balança do poder pendesse a seu favor. A ameaça do Oriente, não obstante, continuava latente.

A História era para Mackinder a Geografia em movimento. Ele olhava a Europa, a Ásia e a África como uma ilha do mundo, e a África como "o coração do mundo" ao sul, ainda intacto mas cheio de possibilidades. Considerava os Continentes Americanos como ilhas mundiais menores, cheias de possibilidades, e futuros estratégicos "o coração da terra". Acreditava, ainda, que os maiores rompimentos de relações históricas se tinham dado entre povos da costa e do continente. Estudando a questão, a vantagem tinha estado do lado dos povos costeiros. Isso, como mencionamos anteriormente, havia resultado do fato de que o progresso se desenvolvera mais rapidamente ali e que o aumento em população fôra mais rápido. De tempos em tempos, ocorreram invasões seguidas por mudanças, mas o domínio dos povos continentais foi de natureza temporária, principalmente devido à pequena densidade da população das regiões do interior. Estejamos ou não de acordo com a teoria da guerra entre os povos costeiros e continentais, temos entretanto que aceitar que o aumento na população da Europa durante os últimos três séculos, estimulado pelo comércio, pelo transporte marítimo e pela indústria, tem constituído o fator principal da expansão nacional européia e da fundação de impérios coloniais. Tem havido, no entanto, uma reação sempre crescente pelas raças diferentes da caucásica. Ao mesmo tempo, o padrão de vida e de desenvolvimento industrial alcançado na Europa criou grande necessidade dos recursos naturais das áreas asiáticas e africanas. Não são, portanto, simplesmente as necessidades territoriais e constitucionais que dão origem à hostilidade destes outros tipos raciais, mas sua própria necessidade de recursos naturais. Isto terá um efeito considerável nas condições sociais do Ocidente.

PODER TERRESTRE "VERSUS" MARÍTIMO

Mackinder era de opinião que o poder marítimo, no qual durante longo tempo os britânicos basearam sua liderança, não mais era de grande importância, uma vez que a Ásia Central, onde as possibilidades para o futuro eram maiores, era inacessível a ele e não dependia de sua existência. Além disso, acreditava que a rede de bases que a Inglaterra tinha com tanto sacrifício construído e na qual se fundamentava seu poder marítimo podia, apesar de tudo, ser "flanquea-

da" e tomada, pois a mobilidade em terra havia aumentado. Procurou fazer com que seus compatriotas compreendessem este perigo no início deste século, para que voltassem mais sua atenção para o poder terrestre. Percebeu claramente as possibilidades do "o coração da terra" e chegou à conclusão de que a Inglaterra nunca deverá permitir que um poder continental o subjuguem, para usá-lo contra o Império. Estava particularmente preocupado com as ambições dos alemães neste sentido, mas hoje é bastante evidente que subestimava completamente as possibilidades dos russos de se tornarem senhores daquela área. Naquela época, a relação das forças entre alemães e russos era muito diferente da de hoje e favorecia os primeiros. A posição dominante dos alemães na Europa Central e seu esforço constante para expandirem-se foram causa de guerras mais tarde. Sua política, que certamente tinha como objetivo conter a força da população e evitar que procurasse uma saída natural por meio da imigração, aliada aos seus grandes empreendimentos industriais e ambições nacionais conduziu-os à guerra várias vezes.

Até agora os alemães têm procurado obter uma decisão pelas armas, mas este não é o único meio de que dispõem. A infiltração econômica, na opinião de alguns alemães, seria um método mais seguro. O Gen Karl Haushofer, famoso geopolítico alemão, acreditava que a infiltração econômica do "o coração da terra" seria uma linha de ação mais segura para os alemães do que a conquista militar.

Havia também um perigo latente na possibilidade de alemães e russos unirem forças e, desta forma, tornarem-se suficientemente poderosos para dominar toda a Europa e, depois, o mundo. Agora temos a OTAN e o novo "namoro" do Ocidente com a Alemanha Ocidental baseado no perigo de que a União Soviética possa vir a controlar toda a Alemanha e juntar aos seus próprios a produção e os recursos da Alemanha, fazendo desta forma pender o prato da balança para o seu lado. O problema ainda existe, mas alguns fatores mudaram, pois a União Soviética acha-se num estado tremendo de desenvolvimento e apenas espera ampliar seu poderio até que possa medir-se com o Ocidente, apesar dos alemães.

PROGRESSO

Desde o fim do Século XIX, o progresso tem avançado em ritmo crescente porque a União Soviética, que é virtualmente "o coração da terra" Euro-Asiático Oriental, tem construído várias ferrovias para o Extremo Oriente. O primeiro passo foi dado no tempo dos Tzares com a Ferrovia Transiberiana até Pôrto Arthur. Depois da Revolução de 1917, houve uma grande modificação na União Soviética, sendo dispensada maior importância à indústria pesada, aumentando, conseqüentemente, o potencial militar. Esta mudança foi dada a conhecer ao mundo por meio de uma série de planos quinquenais e decenais mas, em geral, não se compreendia até que ponto iam os esforços para desenvolver as regiões do interior atrás dos Urais. Deu-se ao mesmo tempo a mudança impiedosa de populações para as regiões do interior. Foram executados grandes projetos agrícolas sem considerar se seriam proveitosos dentro de um razoável espaço de tempo. Os Soviéticos estavam engajados num trabalho de longo alcance e o fator tempo jamais teve o mesmo significado para os russos como, por exemplo, para os norte-americanos. Teve lugar uma grande mudança. A União Soviética possui a maior área terrestre do globo como base para suas ambições mundiais, e pode, independentemente do Ocidente, organizá-la e explorá-la e escolher a hora para a decisão final.

Até que ponto seus esforços foram coroados de sucesso ficou demonstrado durante a última guerra quando a Alemanha, após ter ocupado virtualmente toda a Rússia Européia, estava longe de ter-se apoderado das novas fontes de produção e do potencial humano soviéticos. Como outro exemplo da mudança radical que teve lugar na União Soviética, que mostra que de um país relativamente subdesenvolvido ela passou a importante nação industrial, podemos citar a produção das bombas atômicas e de hidrogênio. Certamente recebeu informações de espões, mas o esforço industrial foi seu.

Levando em consideração os grandes prejuízos sofridos durante a guerra, os resultados são os mais surpreendentes. No Ocidente, fôra previsto, baseado no esforço feito, que a União Soviética poderia fabricar bombas atômicas entre 1956 e 1958. Em 1949 explodiu a primeira bomba atômica soviética e, em 1951, aconteceu o mesmo com a primeira bomba de hidrogênio. As conclusões são evidentes. A expansão industrial na União Soviética é muito maior e está espalhando-se muito mais rapidamente do que se pensava. A vantagem que o Ocidente tinha sobre a União Soviética está diminuindo cada vez mais. Existe hoje uma sociedade moderna e produtiva no "o coração da terra". Os comunistas mostraram grande visão geopolítica e são, portanto, mais perigosos. A atual posição e força da União Soviética constituem a realização dos maus sonhos dos geopolíticos do Ocidente. Ela controla a maior massa de terra e possivelmente os maiores recursos do mundo. O fator tempo parece trabalhar em seu favor. Estrategicamente não pode ser atacada pelo poder marítimo e é invulnerável a ele. É muito forte em terra e seus recursos quanto ao potencial humano, especialmente desde o estabelecimento do eixo Moscou-Pequim, são enormes. Se esta situação tivesse existido no século passado, sua liderança teria sido incontestável e poderia, pacífica e confortavelmente, ter inciado a construção de frotas para derrotar as nações do Ocidente nos mares. Nesse interim, surgiu um novo elemento, o poder aéreo, face ao qual ela é mais vulnerável. Antes de discutirmos este fator, entretanto, é necessário examinar um pouco mais de perto a influência do poder marítimo em geral.

PODER MARÍTIMO

O poder marítimo tem tido adeptos tão autorizados como o foi Mackinder na questão do poder terrestre. Necessitaríamos de muito espaço para apresentar um resumo de todas as famosas personalidades, que, através dos anos, ocuparam-se com o poder marítimo como instrumento da política nacional. O almirante norte-americano, Alfred Mahan, ocupa, porém, um lugar especial. Durante o período de 1890 a 1914, ele exerceu influência sobre a doutrina da guerra naval. Na sua opinião, o poder marítimo havia sido o fator mais importante da História. Afirmava ele que esse controle dos mares para fins militares e comerciais tinha sido decisivo em todas as guerras, desde o Século XVII, e que o poder marítimo era superior ao terrestre como instrumento para o exercício do poder nacional. A unidade dos mares e a mobilidade dos navios fez do poder naval o meio mais flexível, tanto comercial como militarmente. Acreditava ele que os seguintes fatores foram de decisiva importância no desenvolvimento do poder marítimo:

1. Localização geográfica e conformação física.
2. Tamanho do território.
3. População e caráter nacional.
4. Política executiva.

O Almirante Mahan teve grande influência na política naval norte-americana e muito antes da 1ª Grande Guerra afirmou que os Estados Unidos possuíam os melhores requisitos para tornar-se uma potência marítima de primeira grandeza. A Grã-Bretanha era, inegavelmente, a maior potência marítima naquela época e como existia uma amizade tradicional entre os dois países não era necessário que os Estados Unidos possuíssem uma frota tão poderosa como a da Grã-Bretanha. Vendo que a força britânica esgotara-se nas últimas duas guerras mundiais, os Estados Unidos tornaram-se a potência marítima mais importante e ainda mantém as melhores relações com seu melhor aliado. Deve-se notar particularmente que é a combinação das duas nações que dá ao Ocidente grande superioridade nos mares. A União Soviética já é a segunda potência marítima do mundo. Se existir alguma dúvida de que a URSS ambiciona a dominação do mundo, deve ser lembrado que ela não depende do poder marítimo para o seu desenvolvimento normal, comercial ou militarmente.

Pode haver divergências de opinião quanto à extensão que o poder marítimo possui superioridade sobre o poder terrestre como afirma Mahan. Entretanto, é fato que durante séculos a Grã-Bretanha construiu seu império e derrotou todos os rivais com um mínimo de poder militar terrestre mas com uma frota soberana. É bem verdade que foi obrigada a aliar-se a várias potências terrestres para conquistar a Alemanha, mas estes são exemplos de nossa própria era e não militam contra as teorias de Mahan com seu passado histórico. A tendência parece ser, entretanto, aceitar as opiniões de Mackinder: o poder terrestre tornou-se mais móvel e isto reduz a vantagem do poder marítimo. Para continuar o argumento: o poder marítimo não poderia ter sido usado contra a União Soviética com qualquer vantagem especial; também o poder terrestre da União Soviética pôde ameaçar a Grã-Bretanha, embora exercesse forte pressão na Índia, em 1890.

Como se verifica, houve uma forma de especialização entre as nações. Esta especialização resulta, entre outras coisas, das condições geográficas. Cada país acha-se limitado de duas maneiras ao território que ocupa. Seja qual for a sua dependência do comércio, ele é, em primeiro lugar, dependente dos produtos que o país produz e tem que se proteger contra vizinhos de idéias hostis. As duas idéias aqui mencionadas são em geral reunidas como econômico-estratégicas.

A geografia econômica trata da produção e distribuição dos produtos de um país; a geografia estratégica cogita das condições topográficas mais amplas que influenciam o ataque e a defesa. Estas duas idéias estão intimamente entrelaçadas pois a defesa é a proteção da existência econômica do país, e a distribuição dos produtos de um país segue o caminho de maior resistência, preparando assim o caminho para um golpe estratégico.

É evidente que a geografia econômica e a estratégica estão ligadas entre si e influenciam fortemente as relações internacionais. Os fatores geográficos e econômicos, numa análise final, moldarão a atitude e o caráter político de uma nação e, portanto, também suas ideologias e grau de progresso.

PODER AÉREO

A unidade dos mares foi mencionada previamente e podemos igualmente falar da unidade do ar. Enquanto a terra e o mar criam dificuldades ou canalizam o transporte, o ar proporciona livres oportunidades em todas as direções. Abriu perspectivas inteiramente novas

e vale a pena verificar se as teorias relativas ao poder terrestre e marítimo continuam a ser aplicáveis.

O exame mostra que este terceiro elemento adquiriu uma significação tão extraordinária, que as operações principais em terra e no mar não podem ser levadas a cabo sem controlar ao mesmo tempo o ar, de modo que um lado possa usá-lo para suas próprias operações militares, enquanto evita que o inimigo o use para as suas. Seria necessário muito espaço para discutir o poder aéreo em detalhe, mas alguns exemplos de natureza básica serão apresentados.

A Grã-Bretanha verificou no início da guerra, que embora tivesse ainda controle dos mares e não tivesse sido tocada pelas invasões terrestres, combinação esta que muitas vezes antes lhe havia proporcionado a vitória, achava-se agora sujeita a sérios ataques do ar. Além disso, a aviação alemã tornou difícil que operasse em suas próprias águas. As armas tradicionais da Inglaterra eram insuficientes. Embora pudesse reter o controle dos mares, seu território corria perigo de ser destruído do ar. Alterou sua estratégia, portanto, e deu primeira prioridade à aviação. A visão e previsão que os britânicos demonstraram quanto às possibilidades da aviação, tirando-a da categoria de uma simples arma de apoio para as forças navais e terrestres, é surpreendente.

Nos Estados Unidos, que ainda não tinham entrado na guerra, as mudanças que ocorreram fizeram com que a aviação fosse aceita no mesmo pé de igualdade que os poderes terrestres e marítimo. Isto resultou, entre outras coisas, em uma série de movimentos políticos com o objetivo de obter bases aéreas para os Estados Unidos em outros países. Foram assinados tratados com países da América Central e América do Sul, com o Canadá, Reino Unido e Islândia, para a construção de bases intermediárias, para que os vôos para a Europa pudessem ser empreendidos em larga escala. Foi assim dado apoio a uma política sobre as bases aéreas, que tem sido a característica da política de pós-guerra dos Estados Unidos e que agora mudou completamente a imunidade histórica da União Soviética e do "o coração da terra" aos ataques do exterior. Além de ter transformado o caráter da própria guerra, a força aérea mudou as condições geopolíticas que deram à União Soviética sua maior vantagem estratégica. É uma arma de dois gumes, é verdade, mas, presentemente, de qualquer forma, a aviação das Potências Ocidentais acha-se muito mais desenvolvida e experimentada em bombardeio estratégico do que os soviéticos e nisso reside a maior força do Ocidente.

A União Soviética acha-se aberta ao ataque aéreo de todos os lados e o perímetro a ser defendido é maior que o do Ocidente. Sua grande área, por certo, oferece numerosas possibilidades de dispersão das indústrias vitais, mas seu sistema de transporte está pouco desenvolvido e muito sobrecarregado. Sua capacidade industrial acha-se esticada ao extremo pela manutenção simultânea de um exército permanente de 175 divisões, da maior força aérea, quantitativamente falando, do mundo e com a construção de uma grande frota. Os ataques concentrados com armas atômicas contra suas indústrias-chave nas áreas menores, produzirão maior efeito do que ataques semelhantes contra os Estados Unidos, onde um grande número de indústrias, equipadas para a produção civil, podem ser transformadas no caso de guerra. Além disso, o sistema de transporte dos Estados Unidos é muito mais desenvolvido do que o da União Soviética e a reconstrução e reorganização após um ataque atômico seriam feitas muito mais rapidamente. Finalmente, o elemento mais deci-

sivo em favor dos Estados Unidos é o fato de que seu potencial industrial é maior do que o da União Soviética. Os recursos da Europa Ocidental aliados aos dos Estados Unidos tornam a OTAN muito mais forte hoje do que a União Soviética em todas as suas indústrias essenciais tais como a do aço, carvão, energia e petróleo. Os recursos da Europa sob o controle soviético alterariam, entretanto, o quadro e aqui chegamos à condição geopolítica e geo-estratégica mais importante para a OTAN, na opinião norte-americana. A comunhão ideológica da Europa Ocidental com os Estados Unidos é um fator, mas está longe de ser importante como o geopolítico e geo-estratégico.

* A grande questão é saber a que ponto pode o poder aéreo tomar o papel do poder marítimo e fazer com que a Europa possa, com o auxílio dos EUA, conter a pressão do Oriente. A resposta parece estar em saber quanto tempo o desenvolvimento econômico e a expansão do Ocidente continuará à frente dos soviéticos. Em outras palavras: poderá a presente situação ser mantida apesar dos progressos do "o coração da terra"?

REQUISITOS GEOPOLÍTICOS

Na guerra moderna, o resultado, falando de forma ampla, depende de potencial humano, de alimentos, de matérias-primas, de capacidade industrial e do desenvolvimento tecnológico. Quanto ao potencial humano, este é um fator cuja significação está fora de dúvida, mas o uso do potencial humano pode variar. Até agora, o melhor do potencial humano tem sido usado, em grande parte, nas Forças Armadas. Ele é também de importância vital na indústria e na agricultura. A fim de conservar a máquina militar moderna e a sociedade funcionando ao mesmo tempo, **precisa-se de mais gente atrás do que na frente**, de acordo com uma expressão corrente. O desenvolvimento da URSS e a questão de quando estará ela em posição de engajar-se em uma batalha com o Ocidente é essencialmente uma questão de potencial humano. Desde que, como se sabe, a produção do trabalhador soviético não chega à do trabalhador do Ocidente, serão necessárias mais pessoas na URSS para produzir, digamos, um determinado número de aviões. Embora URSS tenha incorporado um grande número de pessoas de áreas menores, não aumentou seu potencial humano em operários especialistas. Tais pessoas necessitam muito treinamento para serem úteis na indústria e os soviéticos têm feito grandes esforços neste sentido. Aqui vemos-nos novamente tratando do fator tempo, pois as populações do Ocidente também estão aumentando. A incorporação pelos soviéticos de vários estados europeus constitui um aumento temporário, tanto de potencial humano, como de produção, mas esta forma de conquista sem guerra está agora no fim e o resultado final dependerá do que acontecer na própria URSS. Como é do conhecimento geral, a URSS segue uma política de proteção à família, mas, com a industrialização aumentada, temos razão para supor que as populações das cidades ficarão estabilizadas, como tem sido a tendência no Ocidente.

O potencial humano, fator que tanto Mackinder como Mahan to-maram em particular consideração, é, portanto, constante. Entretanto, a maneira pela qual este potencial humano pode ser usado varia. É interessante mencionar aqui que a estratégia do "new look" dos EUA tem sido caracterizada por "mais poder aéreo, mais poder de fogo, menos potencial humano", quer dizer, menos potencial humano em uniforme e mais na indústria. Com as novas superarmas entrando em uso e os

Exércitos clássicos perdendo seu grande papel, é provável que isto continue sempre num crescendo.

O abastecimento de alimentos tem sido um grande problema na URSS. A coletivização da agricultura provou não ser popular entre os fazendeiros e a produção não apresentou o aumento planejado. Têm sido feitos esforços para deter este estado de coisas pelo terrorismo e com a mudança das populações recalcitrantes. Têm sido postos em execução grandes projetos agrícolas, mas, de acordo com as informações publicadas, o aumento na produção de alimentos nem de longe tem seguido o ritmo do aumento da população. A produção de alimentos na Europa Ocidental, nos EUA e Canadá é muito maior do que na URSS. Quanto à capacidade industrial, esta depende em grande parte da energia humana. Tem-se dito que o clima na URSS é tão rigoroso que uma grande parte da energia humana é gasta para apenas manter a existência e que, portanto, a energia que sobra para o trabalho produtivo e para o desenvolvimento é menor do que no Ocidente. Quanto ao equipamento técnico moderno e a mecanização, não há razão para duvidar que a raça russa possui qualidades naturais para explorar a grande fonte de riqueza racional da qual é dotada. Já passou o tempo em que, a Rússia podia ser olhada como uma área subdesenvolvida. Pelo contrário, temos de recordar a própria ascensão dos Estados Unidos como nação industrial, para encontrar um paralelo. Não há indicações de que os soviéticos não possuem originalidades nos campos técnico e científico, embora muitos de seus produtos tenham sido influenciados pelo Ocidente. O fato de que várias vezes importaram personalidades extraordinárias do Ocidente indica sua atitude aberta a novas influências, da mesma forma que a falta de capacidade em manter o mesmo ritmo do Ocidente, como muitas vezes tem sido dito.

CONCLUSÃO

Como já declaramos previamente, a geografia é um fator muito importante. Até então tem-se afirmado que sua principal vantagem estava no fato de que "o tempo poderia ser trocado por espaço" e que grandes áreas da terra favorecem o defensor mais do que o atacante. Esta ideia deveria ser examinada à luz dos desenvolvimentos dos anos recentes. Historicamente a asserção era justificada. As campanhas de Napoleão e de Hitler na URSS são exemplos tão extraordinários disto que não faremos referência detalhada às mesmas.

É fato conhecido que a mobilidade no solo e no ar tornou superáveis as distâncias e que a imunidade da URSS ao ataque terminou com o advento do bombardeiro de longo alcance. Os alemães, que não possuem grandes extensões de terra, desenvolveram o princípio da blitzkrieg para superar suas desvantagens geográficas. Para eles era necessário atacar rapidamente a fim de conseguir a vitória antes que os adversários pudessem mobilizar seus meios. Não possuíam os recursos necessários para a guerra em terra. Em ambas as guerras mundiais, estiveram perto de vencer nos estágios iniciais, mas perderam duas vezes, pois a luta prolongou-se. Foi o fator tempo, baseado nas condições geográficas e aliado a um potencial humano insuficiente que causou a sua derrota. As condições geográficas adquiriram nova significação, além disto, com o uso das bombas atômicas e de hidrogênio. Os poderosos efeitos destas armas, tanto no momento de sua explosão, como no período de perigosa radioatividade residual, tornam a distribuição da população e das indústrias sobre grandes áreas tanto uma necessidade militar como social. É evidente que, assim, a posição estratégica de países como a Inglaterra

e a Alemanha piorou muito. Não possuem o espaço necessário para a dispersão de suas populações ou instalações, para torná-las capazes de absorver tais ataques. À luz destes fatos é que podemos ver os grandes investimentos e desenvolvimentos da Grã-Bretanha na África Central como uma futura base para seu poder militar caso o território metropolitano seja "neutralizado". Pela mesma razão, é difícil imaginar uma agressão alemã no futuro, do tipo a que estamos acostumados.

Enquanto ainda estamos tratando de geografia, existe ainda outro aspecto que deve ser mencionado. A fim de compensar esta situação, as grandes potências procuram estender suas bases e redes de alarme de radar, para que possam obter mais cedo o aviso de um ataque. A URSS com sua grande área terrestre e muitos espaços estéreis continua a ter muitas vantagens. Os norte-americanos estendem suas bases à Terra Nova, Groenlândia e Islândia, a fim de ter um alarme mais cedo.

As condições geográficas e a expansão territorial adquirem nova significação e são tão importantes para o atacante como para o defensor.

*
* * *

FORMAS DE PODER

O poder político na esfera internacional pode ser dividido, para efeito de discussão, em três categorias:

- a) poder militar;*
- b) poder econômico;*
- c) poder sobre a opinião.*

Divulgamos, contudo, que estas categorias são intimamente interdependentes; e embora sejam teoricamente distinguíveis, é difícil imaginar na prática um país que possua em qualquer período de tempo uma espécie de poder isolado dos outros. Em essência, o poder é um todo indivisível...

E. H. CARR

A COMPREENSÃO DA UNIDADE DO BRASIL

O arcabouço geográfico do território em que se formou a Nação Brasileira foi, sem dúvida, o fator básico que esteiou a sua "unidade política" e "sociológica" numa das mais amplas áreas do planeta.

Necessariamente iniciada no litoral, em S. Vicente, Recife e Bahia, a conquista do território efetuou-se ao longo da costa marítima, durante muito tempo a principal, mesmo única via de intercomunicação entre as diversas regiões do país. Todavia, não tardou a desvenda da sua imensidade interior, com a caça ao índio, para servir de mão-de-obra e, logo em seguida, visando a satisfazer a ânsia de encontrar minas das preciosas riquezas minerais do tempo. Foram, no entanto, precisos cerca de dois séculos para que estas se encontrassem, tempo durante o qual as penetrações no hinterland se foram efetuando, estabelecendo contatos e ligando entre si, aqui e ali, os colonizadores através dos vales das grandes bacias hidrográficas, do Prata, do S. Francisco e do Amazonas. Oliveira Lima consigna este fato ao dizer: "a geografia (que aliás era praticamente desconhecida, não é talvez supérfluo lembrarmos nós) parecia indicar a direção do movimento da expansão brasileira. Por uma curiosa anomalia, os cursos d'água da região de S. Paulo ao Paraná correm do litoral para o interior, como se houvessem sido destinados a conduzir para ali os aventureiros". Basílio de Magalhães consigna o mesmo fato.

De outro lado, esses mesmos "aventureiros", em busca de riquezas minerais e em caça ou repressão ao índio, galgam o divisor de águas do Prata com o Amazonas, e o S. Francisco, vindo ligar sua empresa com a dos que já nêles atuavam, partindo da Bahia, Recife e Pará. Em pleno século XVII, os do Pará penetram na bacia do Amazonas (e do Tocantins) adentro, desvendando-a para o Norte e para o Sul através dos seus afluentes. No século XVIII, fixam aí os nossos limites, já na região de Mato Grosso, em ação conjugada com os que derivaram da penetração paulista no rumo do Ocidente. A exceção da penetração para o Oeste, partida de S. Paulo, dentro da Bacia do Prata, a extensão da conquista do território, tanto ao Norte como ao Sul, tem sua base no litoral, ao Norte em Belém e ao Sul em S. Vicente e, depois, Laguna e Rio Grande.

Tudo isto é uma ação essencialmente militar, de combate, conquista ou defesa, durante cujo desenrolar se foi formando a nossa população mestiça, e criando uma economia peculiar, bem como constituindo uma sociedade, como se vê, por exemplo, das obras de Gilberto Freire, nucleada por uma aristocracia nativa. Esta, dispondo de um poder econômico e político, conseqüente da posse de grandes latifúndios, e por serem as comunicações morosas e difíceis, além do mais, tomou um feitio e costumes próprios, diferentes do arranjo lusitano.

Não se formara, porém, no Brasil, interessa atentar, uma organização social de "castas", como ocorreu na América Espanhola. As prevenções sociais, no entanto, existem nos complexos anímicos, como evidenciam estudos modernos, mas são mais por motivos de "graus de instrução, e poder econômico", que conseqüentes de um "estado de cultura".

Coronel J.B. Magalhães.

(Trecho de "A Compreensão da Unidade do Brasil".)

IV - ÍNDICE BIBLIOGRÁFICO

"REVISTA DO CLUBE MILITAR"

(Do n. 80, de 1947 ao n. 150, de 1959)

Major OCTAVIO TOSTA

1. Um Inglês Precursor da Geopolítica? JOSEPH J. THORNDIKE JR. (Transcr. do "Boletim Geográfico" n. 6, de 1943 e publ. no "Life" n. 21, de Dez 42): n. 87, de 1948 — pp 45/48, 1 fig.

RESUMO

Trecho do artigo publicado no "Boletim Geográfico" n. 6. Refere-se à teoria apresentada em 1904 por Sir Halford Mackinder intitulada "O Pivô Geográfico da História" e atualizada em 1918 no trabalho intitulado "Ideais Demográficos e Realidade". Neste trabalho Mackinder "explicou a força da posição geopolítica alemã e "mostrou que a Alemanha poderia atacar para conquista do mundo". Mackinder "frisou que do total da superfície do globo. 9/12 é água, 3/12 terra"; 2/3 das terras emersas constituem o *Mundo-Ilha* (Europa, Ásia e África) que pode ser dividido em *Terras-Costeiras* e *Terra-Coração*. Mais afastadas estão as *Ilhas-Distantes* (Américas, Austrália, etc.). Mostrando que, no presente, as estepes da Ásia Central possuem potencial humano e uma base de operações organizada, Mackinder afirmou: "Quem dominar o Este-Europeu comandará a *Terra-Coração*"; "quem dominar a *Terra-Coração* comandará o *Mundo-Ilha*"; "quem dominar o *Mundo-Ilha* comandará o Mundo".

Obs.: O artigo apresenta uma figura caracterizando o "O Mundo de Mackinder".

2. A Presença do Oceano — C. CHAGAS DINIZ, CF: n. 122, de 1952 — pp 29/32.

RESUMO

O autor inicia o trabalho afirmando que o Poder Marítimo "tem sido desde a mais recuada antiguidade essencialmente estratégico". Admite que "em nenhuma outra época da História o Poder Marítimo exerceu tanta influência como na Segunda Guerra Mundial". Cita alguns exemplos. Mostra que "Mahan assinala que a invasão da Rússia por Napoleão, com sacrifício de seu grande exército de veteranos foi consequência remota da Batalha de Trafalgar". Afirma que "o Poder Marítimo continua orientando o curso da História". Após mostrar a atuação da Rússia na guerra fria conclui declarando que "sem o domínio do mar as democracias da Europa já não existiriam".

3. **Talassocracia — C. CHAGAS DINIZ, CF: n. 123, de 1952 — pp 41/45.**

RESUMO

Após mostrar que “o Poder Marítimo tem marcado pontos de inflexão nas curvas da História, o autor cita William Oliver Stevens que assinala em “A History of Sea Power”: “as nações têm usado o mar, têm feito história e têm colocado o resto do mundo sob seu domínio intelectual, comercial e político”. Declara que “até hoje, as potências cujo poder se baseia no mar, *Talassocracias* levaram a melhor contra aquelas baseadas nos domínios terrestres — *geocracias*”. Mostra que o Poder Marítimo tem evoluído aceleradamente do século XIX para cá e afirma que “a aviação que parecia ameaçar o Poder Naval, deu-lhe afinal novas dimensões”. Cita exemplos históricos. Admite que “os EE.UU. se mostram, em política externa, indecisos, perplexos e emocionais, ao contrário da Rússia que, em sua ação de *geocracia* mantém uma política coerente, inteiriça e brutal”. Refere-se a vários erros da política externa americana. Na parte final do trabalho cita a seguinte declaração de Napoleão, após a abortada incursão inglesa de Walcheren: “Com 30.000 homens de transportes, os ingleses podem imobilizar 300.000 homens de meu Exército”; e isto nos reduzirá a uma potência de segunda ordem”.

4. **Posição da Geopolítica — WALDYR DA COSTA GONDOLPHIM, Maj: n. 130, de 1954 — pp 25/30.**

RESUMO

O autor, ao iniciar o artigo, faz referências a trabalhos do General Jayme Ribeiro da Graça sobre Geopolítica. Cita as seguintes “significações” da Geopolítica apresentadas no livro de Spykman “Geography of Peace”: a primeira, da Escola Alemã, que admite a Geopolítica como sendo “a base de uma filosofia da História”; “a segunda, como sinônimo da Geografia Política, destinada a descrever, não só a estrutura individual dos Estados, como também o mundo em termos das suas subdivisões políticas”; “finalmente a terceira, que aplica a palavra ao planejamento da segurança política de um país em termos de seus fatores geográficos”.

Analisando o termo Geopolítica, o autor cita conceituação emitida pelo General Poly Coelho na conferência intitulada “Da Geografia antiga à Geopolítica”. Analisa o conceito metafísico do “Estado organismo” e afirma que “as teorias de justificação procuram a origem e a essência do Estado através desses três elementos morfológicos” (Povo, Território e Governo). Apresenta as seguintes “teorias de justificação”: 1) Escolas Teológicas; 2) Escola Patriarcal; 3) Escolas individualistas; 4) Escola Histórica; 5) Escola Orgânica; 6) Escolas de Soberania; 7) Escola do Equilíbrio Social.

Na parte final do trabalho emite os seguintes conceitos: “Os métodos que a Geopolítica emprega são, principalmente, o geográfico e o histórico. A Geografia cabe fixar as características do espaço, posição, situação e domínio para, depois, socorrendo-se da História, esboçar as leis científicas sobre a formação, crescimento, valorização, decadência e fim dos Estados. Os dois processos, coordenados, vão procurar as relações de causa e efeito, para depois estabelecerem a marcha da evolução dos fenômenos e, portanto, sua previsão”. “Como todo ramo de conhecimentos, a Geopolítica tem caráter de ciência pura e de ciência prática. Aí, ela se confunde com a arte”.

"Os grandes estadistas e generais são geopolíticos por natureza pois agem em termos de Geopolítica, sem terem a ela, via de regra, interesse de cientistas".

"É aí, na Geopolítica como arte, que a vemos confundida com a Estratégia, com a administração do Estado, com a Economia, etc., fornecendo os fundamentos da política dos Estados para alcançarem o pleno desenvolvimento interno e o respeito na órbita internacional".

5. Origens e Fundamentos da Geopolítica — MOZART DE ANDRADE SOUZA, Ten-Cel: n. 131, de 1954 — pp 21/28, 2 fig.

SUMARIO

1. INTRODUÇÃO
2. GEOPOLÍTICA — ORIGENS E FUNDAMENTOS
3. CONCLUSÃO

FIGURAS

1. O famoso mapa organizado por Mackinder, na projeção de Mercator, tal como apareceu em 1904 no "Geographical Journal", de Londres.
2. As concepções de Mackinder transportadas para um mapa equidistante azimutal, com centro no "Coração do Mundo".

BIBLIOGRAFIA

1. ARTIGOS: "The round world and the Winning of the Peace", por Sir Halford Mackinder; "Geography and World Power", por James Fairgrieve; "Marginal and interior lands of the old world", por C. B. Fawcett; "Jakutia and The Future of the North", por Owen Lattimore; "Heartland revisited", por Hans W. Weigert; "Geopolitics and International Morals", por E.A. Walsh; "The rise and decline of German Lebensraum", por Samuel V. Valkenburg.
2. LIVROS: "La Decadencia de Occidente", por Oswald Spengler; "Global Geography", por T. Renner; "Geography of the Peace", por N.J. Spykman; "A luta pelo mundo", por James Burnham; "Curso de Geopolítica Geral e do Brasil", por Everardo Backheuser.

RESUMO

No interessante artigo, o autor mostra que apesar de o vocábulo geopolítica ter aparecido em 1918, a Geopolítica já é conhecida desde a antiguidade e praticada por muitos estadistas. Apresenta sucintamente as principais teorias geopolíticas (Kjellén, Haushofer e Mackinder) e conclui mostrando que a Rússia substituiu a Alemanha na aspiração de domínio mundial. Admite, na parte final do trabalho, que não devemos ignorar que "há uma revolução social instilada na mente das massas desde 1918" e que "devemos nos preparar para uma conflagração que poderá ter o mundo como a desejada presa de guerra".

6. A Geografia, a Estatística e a Política — GOLBERY DO
COUTO E SILVA, Ten-Cel: n. 134, de 1954 — pp 7/17, 2 fig.

SUMARIO

1. O UNIVERSO EM MUTAÇÃO
2. SEGURANÇA NACIONAL E ESTRATÉGICA TOTAL PARA
UMA GUERRA TOTAL
3. GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGIA

FIGURAS

1. Esquema da organização da "Estratégia ou Política de Segurança
Nacional".
2. Esquema da "Formulação de um Conceito Estratégico Nacional".

RESUMO

O autor admite, no início do artigo, "que vivemos, nos dias que passam, uma hora dramática da Humanidade com a transmutação radical e repentina de todos os valores e conceitos tradicionais". Refere-se à transformação conceitual das ciências positivas" ao dinamismo renovador das ciências biológicas; à crise que galvaniza o pensamento filosófico e às modificações no mundo da estética. Fazendo considerações sobre a vida vegetativa e relacional das sociedades, dos povos e dos Estados, mostra que o direito do indivíduo entra em choque com o direito de grupos e, principalmente, com as responsabilidades acrescidas pelo próprio Estado. Afirma que "ou a Democracia se renova e avigora ou ira sucumbir nos braços áspers do cesarismo". Declara não entender que "possa a'guém acreditar hoje nos velhos sonhos de paz mundial estável, fundada na justiça internacional, na intangível liberdade das Nações". Mostra que a Liga das Nações nasceu moribunda e que "a ONU, por mais que se lhe reconheçam os méritos e as realizações no setor da cultura e da assistência técnica, serviu apenas para criar um palco inerte onde se digladiam tenazmente nações inimigas e irreconciliáveis. Refere-se às previsões de Toynbee e de Spengler sobre um Império Universal e admite estarmos no início da "era da história continental" que Ratzel predissera.

Na parte relativa à "Segurança Nacional e Estratégica total para uma guerra total", o autor afirma que se passou da guerra estritamente militar à guerra total; desta, à guerra global e, finalmente, da guerra global chegamos à guerra indivisível, isto é, permanente.

Na parte dedicada à "Geopolítica e Estratégia" refere-se à Geopolítica-geográfica de Whittlesey, Jorge Renner, Demangeon, etc., e à Geopolítica-política de Kjellén, Mackinder, Mahan e Spykman. Apresenta algumas conceituações de Estado. Reporta-se aos conceitos Estratégicos de Mahan, Mackinder e de Haushofer. Trata de "alguns aspectos fundamentais da geopolítica brasileira".

Na parte final do excelente artigo, o autor declara que realmente a Geopolítica só vale por sua contribuição "se souber assentar-se em objetivos Permanentes que traduzam as aspirações e anseios da consciência nacional".

7. **O Extremo Oriente e a Futura Guerra Mundial — GEORGES GUIMARÃES**, Ten-Cel Méd, da FAB: n. 136, de 1955 — pp 7/16, 1 fig.

SUMARIO

1. O MUNDO E A ÁSIA (Importância)
2. GEOGRAFIA DO EXTREMO ORIENTE (Aspectos Regionais — Características Humanas — Regiões e Países)
3. HISTÓRICO DA ÁSIA ORIENTAL (Generalidades, Pré-História — História da China — História do Japão — História dos Satélites Orientais)
4. POLÍTICA INTERNACIONAL (Situação Geral — A China Comunista — O Campo de Batalha Oriental)
5. CONCLUSÃO

FIGURA

O Extremo Oriente

BIBLIOGRAFIA

1. Duncan, D.D. — "Decline of the Westerner" — "Life": International Edition — Vol. 12, N. 1, pp 18 (NY, 14 JAN 52).
2. Figueiredo, L. — "Um ano de observação no Extremo Oriente": 1ª Ed. Bibl. Mil. — Rio, 1941.
3. Neville, R. — "Rise of the Red Star" — "Life": International Edition — Vol. 12, N. 1, pp 20 (NY, 14 JAN 52).
4. Penna, J.O.M. — "Problemas do Extremo Oriente", Conferência editada p. ESG — Rio, 1950.
5. Wells, H.G. — "História Universal" — 1º Vol., pp 81/90 e 217/222: 2ª Ed. rev. — Trd. de Anísio Teixeira. Cia. Ed. Nac. São Paulo, 1942.
6. Mac Arthur, D. — Discurso em 19 ABR 51 no Congresso dos EE.UU. — Notícias da UP: "Correio da Manhã" — Rio, 20 ABR 51.

RESUMO

O autor admite na primeira parte do trabalho que a Ásia é o centro do mundo, tanto pela superfície como pela população. Mostra que no Extremo Oriente há "grande variedade de solos, diversidade de climas, multiplicidade de países, mistura de raças e choque de civilizações". Apresenta uma síntese da história dos principais países da área. Refere-se aos dois blocos de influência política na região. Afirma que a principal área estratégica do Extremo Oriente abrange a Sibéria Oriental, a Mandchúria e a Coreia, do lado vermelho e o Japão e a Austrália, do lado democrático. Na parte relativa às conclusões declara que "a situação geopolítica do mundo determina o destacado valor do Extremo-Oriente como zona estratégica". Terminando o artigo declara que "nenhum país pode agora desfrutar de segurança enquanto o inimigo, voando sobre seu território, puder empregar armas atômicas que destruirão integralmente suas zonas vitais. Isto nos leva a acreditar que, haja o que houver, o resultado final será: governo mundial ou ruína da civilização. Um mundo só, ou nenhum mundo, sucederá ao nosso mundo dividido".

8. **A Propósito da Nova Capital — MÁRIO TRAVASSOS**, Mal : n. 137, de 1955 — pp 5/12, 6 fig.

RESUMO

O autor declara que as comunicações e os transportes “condicionaram a localização da capital do Brasil no Recôncavo e, depois, na Guanabara”. Mostra que “ambas essas capitais, cada uma a seu tempo e a seu modo, se enquadram bem na ambiência da *era marítima*, da circulação no sentido dos paralelos e mesmo na da *era continental-marítima* (anfíbia) caracterizada pelo prolongamento terrestre da influência marítima”. Admite que com o crescente predomínio do *poder aéreo* “cessou o papel funcional do Rio de Janeiro em sua qualidade de Capital do País”. Afirma que os preconceitos em torno da chamada “interiorização” “decorrem de resíduos mais ou menos profundos da mentalidade viatória da era marítima, por isso que se originam do afastamento em relação ao mar”. Julga que tais preconceitos são “inadmissíveis face à pluralidade de transportes” da era que estamos vivendo. Refere-se à influência da cartografia na concepção que a humanidade faz da Terra. Julga indispensável adquirir-se o hábito do *raciocínio esferoidal* dos fatos geográficos, utilizando mapas em diversos tipos de projeção, segundo seja o caso”.

Terminando o interessante artigo, o autor afirma que “a disponibilidade de mapas centrados no local da nova Capital, em tipos de projeção adequados ao exame dos aspectos essenciais de sua *posição geográfica* (comunicações, transportes) seria ainda — do ângulo territorial, continental ou extracontinental — a melhor arma para decisiva vitória contra os preconceitos (cilíndricos) da “interiorização”.

FIGURAS

1. Carta em projeção Mercator, centrada na Europa (cilíndrica)
2. Carta em projeção Miller, centrada na Europa (cilíndrica)
3. Argentina — adaga de ponta para o coração da Antártica
4. Islândia — “pivô” do Atlântico Norte
5. Mapa com centro no Pólo — equidistância azimutal
6. Fragmento de mapa em Projeção Ortográfica, centro 35° N 35° O. Esc. — 1:40.000.000 (Look at the World — 1944)

9. **A Unidade Nacional em Perigo — F. DE PAULA CIDADE**, Gen : n. 139, de 1955 — pp 49/52.

RESUMO

O autor trata da “questão da indenização do Amazonas, pela suposta perda do Acre”. Mostra que o precedente poderia levar outros Estados a solicitarem, igualmente, indenizações à União. Termina o artigo admitindo que “a indenização aos Estados, pela perda de parte de seus domínios para criação de novas unidades federativas, é mais um passo no caminho da desagregação”.

10. **Orientação da Política do Brasil com respeito ao Mundo Ásio-Africano — ADOLPHO J. BEZERRA DE MENEZES, Dr. :** n. 141, de 1956 — pp 5/11.

RESUMO

O autor inicia o interessante artigo declarando que “a orientação política internacional do Brasil com relação ao complexo ázio-africano de-

verá ter um duplo alcance: geral e contemporâneo — particular e futuro". Admite que na *primeira modalidade*, devemos, seguir as linhas gerais da política dos Estados Unidos em sua luta ideológica com a Rússia"; entretanto, "tôda as vèzes que a política norte-americana títubea em questões de igualdade racial — o Brasil deveria apoiar o país africano ou asiático nos conclaves internacionais, manifestar simpatia pela causa da gente, raça, povo ou nação que haja sido vítima de discriminação e, mais ainda, inteira desaprovação pela atitude da potência ocidental". Julga que "na *segunda modalidade*, devemos seguir política inteiramente nossa, independente. Política na qual o Brasil vise extenso e persistente trabalho de sedução das massas africanas e asiáticas, por meio do uso de nossa principal arma político-diplomática — igualdade racial e social, quase perfeita existente no Brasil". Afirma que, "se bem que aparentemente ocidentais, não somos vinhos da mesma pipa" e mostra "que temos muitos traços de aproximação, não só étnicos como espirituais, com a África e com a Ásia". Declara que necessitamos de uma arma hodierna de grande poder de divulgação como a *agência telegráfica internacional*. Lastima o pouco que temos feito, até agora, para nos tornarmos "conhecidos na Ásia e na África e, muito menos, considerados e admirados pois, "as poucas vèzes que nos foi dado opinar sôbre problemas dessas regiões, em conferências internacionais, ou bem nos abstivemos de emitir opinião ou nos colocamos ao lado das potências colonialistas européas". Cita exemplos. Reconhece que "o nosso Governo não tem ainda política firmada em assuntos asiáticos ou africanos". Julga que a culpa, "antes de tudo, repousa no próprio povo que não se apercebeu de que, não obstante seus defeitos, o Brasil inexoravelmente terá de vir a ser um dos *Super-Estados de um mundo bem próximo* e, como tal, terá de arcar com problemas e decisões de caráter global".

Na parte final do trabalho, esclarece que "o nosso Itamarati é um órgão de defesa tão importante quanto os Ministérios da Guerra, da Marinha ou da Aeronáutica. Representa nossa defesa vaga, imprecisa, às vèzes, como no caso de nossas relações com o todo ázio-africano, uma defesa pouco demarcável no tempo e no espaço mas, nem por isso, menos vital que a defesa ativa e perfeitamente configurada que cabe às Classes Armadas".

*
* *

A Revista apresentou, nos números 141 e 142, uma Seção dedicada à Geopolítica, cuja página de rosto exibía a figura ao lado



*
* *

11. A Geopolítica — WALDEMIRO PIMENTEL, Dr.: n. 141, de 1956 — pp 149/156, 1 fig.

RESUMO

O autor inicia o artigo conceituando a Geopolítica. Refere-se a Haushofer e a Hans Weigert. Cita definições desse novo ramo de conheci-

mentos. Trata das finalidades do Instituto Brasileiro de Geopolítica. Mostra a posição do Brasil no panorama mundial. Apresenta as seguintes modalidades de ação geopolítica, na conquista dos seus objetivos: isolamento; intervenção econômica, diplomática, política ou armada; espaço vital, auto-determinação (Ásia para os asiáticos, América para os americanos e África para os africanos). Após citar o famoso trabalho apresentado por Mackinder, em 1904, à Real Sociedade de Geografia de Londres passa a caracterizar algumas ações geopolíticas no quadro mundial, como: construção alemã da ferrovia Haidar — Pashá — Bagdá; expansão francesa na África; construção e posse do Canal de Suez; conquista da Líbia pela Itália. Refere-se aos "pontos nevralgicos" de Gibraltar, Malta, Chipre e Port Said. Afirma que Dakar "constitui situação nevralgica no plano das grandes potências". Admite que "o esforço em toda a doutrina de Monroe é o de criar a unidade estratégica do continente" e que "é fundamental à defesa e aos interesses norte-americanos a amizade brasileira".

FIGURA

Carta em projeção Mercator centrada na Europa (cilindrica), mostrando o triângulo NATAL — NORFOLK — BREST.

12. **Análise Geopolítica da Defesa das Américas — LYSIAS A. RODRIGUES, Maj-Brig-do-Ar : n. 141, de 1956 — pp 157/168, 2 fig.**

SUMÁRIO

1. (Introdução)
2. VISÃO GLOBAL DO MUNDO
3. ZONA ÁRTICA
4. O PONTO VULNERÁVEL: ALASKA
5. CONTINENTALISMO

RESUMO

O autor inicia o artigo mostrando que, com a evolução da aviação, o Atlântico e o Pacífico deixaram de constituir, para as Américas, poderosas defesas marítimas. Declara que o Poder Aéreo forçou-nos a ver o mundo como *u'a massa global*. Fala das pretensões russas ao domínio mundial. Não aceita a hipótese de um ataque da URSS ao continente americano através do Brasil e partindo da África. Julga que tal operação exigiria daquela potência continental um esforço gigantesco. Admite, todavia, que esse ataque poderia ser feito pela zona ártica e mostra que o Alasca constitui o melhor caminho que a URSS poderia encontrar para atingir seu objetivo principal: os EE.UU.

Tratando do *continentalismo*, refere-se à doutrina de Monroe; afirma que o Poder Aéreo tornou inevitável a unificação dos continentes. Apresenta algumas manifestações de *continentalismo* na América do Sul, como: a tentativa de efetivação do chamado ABC preconizado por Rio Branco; a Grã-Colômbia de Bolívar e as recentes tentativas, realizadas por Peron, de constituição de um grupamento de países em oposição aos EE.UU. Admite que não só o Brasil mas também outros países sul-americanos "procuram, sãbiamente, levantar um grande e sério movimento pela constituição dos *Estados Unidos da América do Sul*, que está fadado a ser uma grande realidade".

Citando Seversky, diz que "os estrategistas estão caindo outra vez no erro de preparar-se para combater na guerra futura com os processos da guerra passada". Além disso, "a próxima guerra não será para conquistar territórios e defendê-los com exércitos e marinhas de ocupação.

Combater-se-á no ar e do ar. No ar é que está a promessa de vitória para os EE.UU., se puderem responder com um ataque paralisador aos centros vitais do agressor, ao invés de enfrentá-lo em cada trecho do território onde ele resolver atrair as suas forças e fixá-las".

Concluindo o interessante artigo, o autor declara que "é preciso que o Brasil encare agora decididamente o problema da constituição do seu Poder Aéreo, porque nêle é que repousam a grandeza e a segurança do Brasil e sua eficiente colaboração na luta que se avizinha".

FIGURAS

1. Pólo Norte, em projeção azimutal equidistante polar
2. Planisfério, em projeção Mercátor (centrado na Europa)

13. Também temos direito à Antártica (Transcr. do "O Globo", de 9 Fev 56): n. 141, de 1956 — pp 169/170.

RESUMO

O autor mostra que várias nações já perceberam o valor que o sexto continente terá, fatalmente, num futuro não muito remoto. Admitindo que dentro de dois ou três decênios o Brasil passará a potência mundial afirma que "já então, a Antártica será para nós tão importante como para as maiores nações que agora estão tratando de se apossar de largos trechos do seu território". Terminando o artigo declara que o Brasil pode alegar em seu benefício o "direito de defrontação" e que não devemos abrir mão do direito que nos cabe de participar da partilha desse continente.

14. Geopolítica das Fronteiras ao Norte da Amazônia — LEO-POLDO NERY DA FONSECA JR., Cel: n. 142, de 1956 — pp 171/177.

SUMÁRIO

1. (Introdução)
2. ÁREA DEFENSIVA DOS ESTADOS-UNIDOS
3. ZONA DO MEDITERRÂNEO AMERICANO (Mar das Caraibas)
4. ATUAL IMPORTANCIA GEOPOLÍTICA DA NOSSA FRONTEIRA NORTE
5. POLÍTICA QUE NOS CONVÉM

BIBLIOGRAFIA

1. WALTER LIPPMAN — "U.S. Foreign Policy: Shield of the Republic"
2. SAMUEL FLAGG BEMIS — "La Diplomacia de Estados Unidos en la America Latina" (versão espanhola)
3. SPYKMAN — "Americas Strategy in World Politics"
4. RAMIRO GUERRA — "La Expansión Territorial de los Estados Unidos"
5. BURNET HERSHEY — "The Air Future"
6. CHARLES A. BEARD — "The Idea of National Interest"
— "A Foreign Policy for America"
7. JAMES BURHAM — "The Struggle for the World"
8. CARLETON BEALS — "The Coming Struggle for Latin America"

RESUMO

O autor focaliza, na primeira parte do trabalho, as nossas raízes situadas ao norte da Amazônia. Tratando do contrabando de ouro e pedras preciosas nas nossas fronteiras guianenses, refere-se à influência geopolítica desses minerais. Faz algumas considerações sobre a doutrina de Monroe. Citando W. Lippman diz que "a verdadeira região defensiva da União (EE.UU.) é toda massa continental Norte e Sul-Americana. Esta é a zona que deve ser defendida contra a invasão, intrusão e absorção por conspiração interna; e se fôsse perdida teria que ser libertada". Refere-se ao mediterrâneo americano, afirma que o vale do Amazonas é vital nos problemas de defesa do mar das Caraíbas. Declara que os EE.UU. têm hoje os mesmos adversários prováveis que o Brasil e admite que fomos envolvidos nas duas grandes guerras mundiais, somente para defender interesse primário de terceiros, ficando os nossos no esquecimento.

15. Liderança Brasileira Futura — ADOLFO J. BEZERRA DE MENEZES, Dr. (Secr. Emb.): n. 142, de 1956 — pp 179/187.

RESUMO

O autor explica, no início do trabalho, que "o título não implica uma asserção, mas uma possibilidade". "Não fixa prazos curtos ou largos para a realização de uma liderança global brasileira, sugere, apenas, sua viabilidade". Julga que "temos a obrigação precípua de começarmos a traçar nossos próprios planos, de equiparmos as futuras gerações com um novo espírito e nossa política internacional com diretrizes mais amplas e inteiramente nossas". Declara que a grande missão histórica do Brasil "será a de um povo aparentemente inferior pelo sangue e pelo interesse relativamente pequeno que demonstra pela era tecnológica ora vivida, que conseguirá mediar e polarizar dois mundos opostos pela prática, pelo exemplo, de uma conduta mais ética, mais moral, verdadeiramente cristã". Acredita "que o maior ou menor sucesso de um moderno supra-Estado reside precisamente num maior ou menor caldeamento de raças. Não advoga "uma aceleração de riquezas e de armas pátrias em busca de supremacia; de imediata posição de supra-Estado". Nem, "tampouco, vaticina um pronto ocaso da liderança americana". Limita-se, apenas, "a verificar uma situação psicológica existente no mundo" e para solução da qual considera o Brasil "eminentemente equipado". Mostrando que, "quer queiramos, quer não, o Brasil é um país de miscigenação" sugere que devemos tirar todos os lucros dessa realidade e basear e canalizar "nossa política internacional sobre tal estado étnico e em função dele". Refere-se às nossas relações com a França, Inglaterra e com a América e às nossas afinidades com estes países. Compara a projeção da Índia em política internacional "com a figura apagada do Brasil no conceito mundial".

Admite, finalmente, que "o Brasil poderá tornar-se o líder de uma fase evolutiva, na qual, os supra-Estados não pensarão mais em termos de hegemonia terráquea, mas preocupar-se-ão apenas com a formação de um tipo de homem global verdadeiramente internacional em suas características não só físicas como intelectuais; um homem que esquecido de suas minúsculas divergências mundiais (no sentido de mundo físico, geográfico) de seus pequenos feudos intercontinentais e raciais, parta em busca de novas Américas, de novos caminhos para as Índias, no vasto espaço interplanetário".

16. A Questão da Antártica — DELGADO DE CARVALHO e TEREZINHA DE CASTRO, Profs.: n. 146, de 1956 — pp 189/194, 4 fig.

RESUMO

Os autores, no início do trabalho, mostram que em uma "Conferência Colonial" realizada em Berlim (1884-1885) foram estabelecidas "regras de ocupação" para evitar conflitos entre as potências coloniais que na época estavam penetrando na África. Declaram que a situação atual, relativamente à Antártica, "parece repetir os casos que se deram naquela época, uma vez que as potências estão hoje também diante de um continente, cuja ocupação se torna geopoliticamente necessária". Admitem que "agora não se trata de interesses econômicos nem turísticos, mas sim político-estratégicos, isto é, nitidamente geopolíticos". "Assim sendo, é de primeira importância que o Brasil não se desinteresse pelas soluções que mais tarde serão levadas a efeito".

Também afirmam que "o Brasil está em condições de reivindicar direitos, cujos fundamentos jurídicos são tão sólidos como as bases que pode invocar qualquer outra potência".

Na parte final do trabalho apresentam três razões pelas quais devemos iniciar as negociações o quanto antes:

- 1ª) O estreito de Drake ocupa posição estratégica importante, pois uma vez fechado o estreito de Magalhães, só por lá poderão passar os navios porta-aviões que o canal do Panamá não comporta.
- 2ª) Na idade dos transportes supersônicos e dos bombardeiros dirigidos, é de capital interesse possuir bases de controle dos ares em terra firme e uma língua de terra da Antártica faz parte também da possível localização de tais bases.
- 3ª) Se não futuro, embora remoto, houver meios científicos de controlar os climas, é evidente que no pólo sul, onde se formam as massas de ar que se deslocam destas áreas de baixa pressão (ciclônicas) regulando o trajeto das depressões do hemisfério sul, a Antártica nos será útil.

Na conclusão do trabalho os autores declaram "que já é tempo de o Brasil tratar de uma questão que os outros países estão resolvendo individualmente".

FIGURAS

- 1) Território de Defrontações (Brasil, Argentina, Chile).
- 2) Antártica.
- 3) Importância do estreito de Drake nos transportes intercontinentais.
- 4) Estações Geofísicas (Antártica).

17. Estatutos do Instituto Brasileiro de Geopolítica: n. 142, de 1956 — pp 195/200.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I: Da fundação, dos fins, da duração e dissolução da sede e do foro.

Art. 1º — O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOPOLÍTICA, fundado a 28 de maio de 1949, tem por escopo o estudo dos problemas geopolíticos, o progresso e a divulgação da Geopolítica no Brasil.

Os capítulos seguintes tratam: dos sócios; da organização; dos mandatos e das vagas; das eleições e reeleições; dos votos e das votações; das deliberações; das assembleias; das sessões do Instituto; dos Patronos; da reforma dos Estatutos; e das disposições gerais.

18. **Antártica — O Assunto do Momento — THEREZINHA DE CASTRO, Prof.^a:** n. 146, do Ano XXX (1957) — pp 61/70, 3 fig.

SUMÁRIO

1. VISÃO GERAL DA ANTÁRTICA:
 - a) A Ilha dos Estados;
 - b) O Arquipélago das Malvinas;
 - c) A Geórgia do Sul;
 - d) O Arquipélago das Sandwich do Sul;
 - e) O Arquipélago das Orcadas do Sul;
 - f) O Arquipélago das Shetlandas do Sul;
 - g) A Antártica Continental Americana.
2. INTERESSES CIENTÍFICOS DA ANTÁRTICA.
3. ANTÁRTICA: O CONTINENTE DO FUTURO (?)
4. HERDEIROS DA ANTÁRTICA.

Nesta parte do trabalho, a autora mostra que “o Direito Internacional não reconheceu até o momento presente nenhuma das pretensões apresentadas”.

Terminado o artigo, a autora declara que “embora na Antártica a situação seja mais complexa em virtude dos dois sistemas invocados (da proximidade e da descoberta, em grande parte incompatíveis), a repartição das regiões polares por convenção geral, série de tratados bilaterais, arbitramento ou sentença judiciária, torna-se cada vez mais urgente. Os setores poderiam fornecer uma base, pelo menos provisória para esse fim”. “A questão da Antártica, enfim, está no temário da ONU, vejamos o que se resolve”.

FIGURAS

- 1) Hipótese do Prolongamento dos Andes.
 - 2) Pontos de Estações Geofísicas fixados por nove nações para o “Ano Geofísico Internacional”.
 - 3) Defrontação (a fig. mostra que por esse processo de partilha, “além do Brasil, Argentina e Chile, também o Uruguai, Peru e Equador devem defender seus direitos”).
19. **Sugestão para o Caso das Guianas — PAULO HENRIQUE, Prof.:** n. 146, do Ano XXX (1957) — pp 79/81.

RESUMO

O autor inicia o artigo lembrando que “muitas vozes clamaram na Conferência de Bogotá contra a existência de possessões estrangeiras na América”. Sugere a aquisição das Guianas pelo Brasil. Mostra como o alvitre poderia interessar às partes em jogo (Guianas, países europeus, América e Brasil). Refere-se à ausência de preconceitos raciais entre os brasileiros como uma vantagem para os guianeses. Julga que “os países

européus terão de, um dia, perder suas possessões que nos são vizinhas; pela lógica das emancipações coloniais, melhor que elas fôsse vendidas ao Brasil, em condições razoáveis de pagamento". Finalmente, admite que "o único empecilho a temer seria o problema por certa área da Guiana Inglesa, aliás muito reduzida, que está arrendada por 99 anos aos EE. UU. como base militar" mas crê que os direitos poderiam ser transferidos ao Brasil mediante acôrdo.

20. Considerações sôbre o Caso das Guianas, II — PAULO HENRIQUE, Prof.: n. 148, do Ano XXXI — pp 57/60.

RESUMO

Referindo-se ao artigo anterior, o autor declara que "os guianeses só ganhariam como integrantes da União Brasileira, dado o grande futuro potencial do Brasil e as características da civilização absolutamente nova que estamos erigindo: tropical, de integração de raças, de alto valor espiritual". Repete algumas vantagens, já apresentadas, para os países administradores das Guianas, para a América e para o Brasil. Declara que o Brigadeiro Lysias Rodrigues também faz a apologia da compra das Guianas em seu livro *Geopolítica do Brasil*. Também refere-se ao livro *O Brasil em face do Prata*, de Gustavo Barroso, "onde no capítulo *Bandeiras Europeias na América*, o autor concita o Brasil e a Venezuela a adquirirem as Guianas". Cita as seguintes críticas que podem ser feitas à sua sugestão: 1) O Brasil já tem muita terra; 2) O Brasil não tem dinheiro; 3) Povos podem ser vendidos? 4) Há grande dificuldade de assimilação; 5) Acesso difícil por mar; 6) Para que o Brasil desejaria mais brejos? Apresenta argumentos contra as críticas. Sugere, finalmente, a compra imediata da Guiana Francesa, a transformação da mesma em território federal e "a construção de uma base aeronaval em Caiena — refôrço necessário à defesa do estuário amazônico". Julga que da aquisição da Guiana Francesa pelo Brasil resultarão os seguintes benefícios: a) "experiência que nos levará, ou não, assim como a Venezuela, à compra das outras Guianas"; b) "incentivo às nações europeias para que mudem seus métodos e tutela objetivando à redenção cultural e ao enriquecimento dos nossos vizinhos guianos"; c) "estímulo à independência dos guianos ingleses e holandeses, que são, em número e grau de adiantamento, superiores aos guianos franceses".

21. Aquisição das Guianas, III (último de uma série de artigos) — PAULO HENRIQUE, Prof.: n. 149, do Ano XXXI — pp 53/56, 1 fig.

RESUMO

O autor declara, no início do trabalho, que "durante dez anos julgou que a aquisição das Guianas deveria ser feita em conjunto com a Venezuela. Hoje, reconhece no Brasil o comprador suficiente e necessário". Justifica sua afirmação com algumas razões como: a existência de 9 mil portugueses entre 12 mil brancos na Guiana Inglesa (censo de 1946); prejuízo sofrido pelo Brasil com o contrabando nas Guianas; fronteiras extensas com essas possessões; maior facilidade do Brasil na colonização da região; possibilidade do Brasil obter a unidade lingüística. Mostra que a transação não constituiria propriamente uma compra, mas sim, uma "união", uma "confraternização", uma "redenção". Declara que para "os guianeses, seria o fim da segregação de raças; a bênção das leis trabalhistas; o direito, amplo, ao voto e à democracia; a participação, em igualdade de direitos e de oportunidades, na vida de uma Nação-Continente.

Anexos ao artigo, o autor transcreve os seguintes dados sobre as Guianas, tirados da Enciclopédia Britânica, edição de 1954:

I — GUIANA INGLESA

População (censo de 1946): 375 mil habitantes.

Estimativa para 1952: 444 mil habitantes.

Discriminação pelas raças: hindus, 190 mil; negros, 155 mil; ameríndios, 17 mil; brancos, 12 mil (dos quais 9 mil portugueses); chineses, 4 mil.

Religiões: cristãos, 60%; bramanistas, 30%; maometanos, 8%.

Capital: Georgetown, 95 mil habitantes (censo de 1950).

Área: 315 mil km² (segundo Pawley).

II — GUIANA HOLANDESA

População (estimativa em 1952): 230 mil habitantes.

Discriminação pelas raças: hindus, 30%; javaneses (malaio), 20%; negros, 10%; ameríndios, 5%; brancos, 3%; mestiços, 32%.

III — GUIANA FRANCESA

População (estimativa em 1951): 26 mil habitantes.

Capital: Caiena, 12 mil habitantes (estimativa em 1948).

Discriminação pelas raças: negros e descendentes, 93%; europeus e descendentes, 5%; ameríndios, 2%.

Obs.: A figura apresenta o contorno da Guiana Holandesa e a localização de Paramaribo.

22. Chipre e Seus Problemas — THEREZINHA DE CASTRO, Prof.^a: n. 150, do Ano XXXI — pp 73/80, 2 fig.

SUMARIO

1. (Introdução)
2. ASPECTO GEO-ECONÔMICO
3. HISTÓRICO: a. Retrospecto; b. A resistência helênica; c. O ponto de vista turco; d. A ocupação britânica
4. O DRAMA CIPRIOTA
5. O ASPECTO GEOPOLÍTICO

FIGURAS

1. Ilha de Chipre
2. Posição da Ilha de Chipre

RESUMO

Na parte dedicada ao aspecto geopolítico, a autora afirma que "a posição geográfica de Chipre envolve esta ilha como um "peão de xadrez" na grande partida entre o poderio marítimo e o poderio continental, entre o Bloco Ocidental e o Bloco Oriental". Refere-se à declaração de Pierre Célèrier (Geopolitique e Géoeconomie) sobre "a atitude do mundo ocidental em relação ao bloco soviético", isto é, sobre a política dita de "containment", cujo objetivo imediato é conter o derramamento soviético e a expansão comunista". Mostra que "toda a costa do Oriente Médio no Mediterrâneo cai sob o controle do ocupante da ilha" e que "em Haifa, Sídia, Trípoli e Baniyas, desembocam os oleodutos que trazem o petróleo do Iraque e da Arábia, isto é, o abastecimento da Europa Ocidental e da Turquia". Concluindo o artigo, a autora declara que "o aspecto geopolítico da questão cipriota empresta à sua solução, feições que pouco ou nada têm com as reivindicações das partes em conflito". "Trata-se de uma questão essencialmente internacional que soluções regionais mal podem resolver".